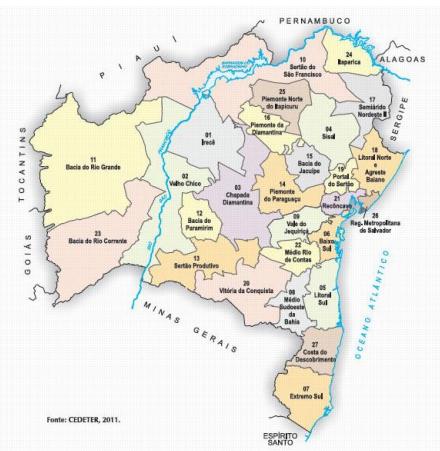


PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO DA BACIA DO RIO GRANDE



BACIA DO RIO GRANDE

JANEIRO 2017

Parcerias na elaboração do Plano:

CAR - Companhia de Ação Regional

SDR - Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural

SEPLAN - Secretaria Estadual de Planejamento

UMOB – União dos Municípios do Oeste da Bahia

CONSAGRIOESTE – Conselho dos Secretários de Agricultura do Oeste da Bahia

CODETER BRG – Colegiado de Desenvolvimento Territorial Bacia do Rio Grande

Equipe técnica:

Paulo Affonso Leiro Baqueiro - Coordenação

Baltazarino Araújo Andrade /CAR Barreiras – Território Bacia do Rio Grande

Márcia Rodrigues Lopes/ ADT– Território Bacia do Rio Grande

Erika Seixas / UMOB

Núcleo Diretivo:

Baltazarino Araújo Andrade/Coordenador Geral

Thiago Santana/Coordenador Adjunto

Welinton Santos/Secretario Geral

Mauricio Lelis Costa/Secretario Adjunto

Colaboradores:

Agropecuária: Mauricio Lelis Costa/Bahiater, Ernani Sabai/AIBA, Claudio Ápio/Acrioeste
Educação, Esporte e Lazer: Cida Vasco/NTE Barreiras, Fernando Machado/PM Barreiras, Mario Sergio/ISFAC, Diciola F. Andrade Baqueiro/IFBA, Natalina/PM Angical, Nilza Martins/UNEB
História: Ignês Pita Almeida/ Professora Historiadora

Meio Ambiente, Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade : Martin

Mayer/10Envolvimento, Berenice Brasil/CBHGrande

Justiça e Direitos Humanos: Dr. Alessandro Brandão/ OAB, Danilo Grindatto/CDCA

Recursos Hídricos: Ricardo Reis/UFOB, Antonio do Carmo/CODEVASF, Cisino Lopes/AIBA

Saúde: Maria Raquel Aurora /NRS Barreiras, Erica Seixas/UMOB

Segurança Pública: Comandante Cel. Paulo Salomão / CPRoeste, Gill Machado/Comissão da Paz, José Carlos/ Conselho Comunitário de Segurança Pública Barreiras

Infraestrutura: Maurício Fernandes/CREA, Delio Matos/CREA, Francisco Andrade/EMBASA, José Maria de Albuquerque Júnior /Prefeitura Municipal de Barreiras

Comércio e Serviços: Carlos Henrique Costa / SINDLOJAS – CDL Barreiras, Emerson Cardoso /SEBRAE

Industria: Pedro Olvidio Tassi / CIOB

Fomento e Crédito Rural : Marly de Figueiredo Ramos/BNB

Contato do Colegiado

Endereço: Av. Ahylon Macedo, 670, 3 andar, Bairro Boa Vista. CEP 47.810-692. Barreiras - Bahia

Telefone: (77) 3611-4658 (SETAF - Serviço Territorial de Apoio a Agricultura Familiar - CAR)

Correio Eletrônico: colegiadobaciadoriogrande@gmail.com

Sumário

1. Apresentação:	1
2. O Território	2
2.1 Histórico do Território	2
2.2 Caracterização Ampla do Território	4
2.2.1. Aspectos Geo-Ambientais.	5
2.2.2. Aspectos Infra-Estrutura e Logística	8
2.2.2. Aspectos Socioeconômicos	8
2.2.3. Aspectos Demográficos.....	15
2.2.3. Aspectos Culturais.....	15
3. Dimensões do Desenvolvimento	16
3.1 Dimensão Socioeconômica	17
3.2 Dimensão Ambiental	18
3.3 Dimensão Sociocultural e Educacional	20
3.4 Dimensão Político Institucional	23
4. Eixos de Planejamento, Matrizes de Objetivos, Estratégias e Metas	23
4.1. Eixos de Planejamento	29
4.1.1 Desenvolvimento Econômico - Diversificação e Adensamento das Cadeias Produtivas com Inclusão Socioprodutiva.....	30
4.1.2 Desenvolvimento Ambiental /Gestão Ambiental e Recuperação do Meio Ambiente.	39
4.1.3 Estrutura Fundiária e Acesso à Terra.....	45
4.1.4 Democratização e Melhoria da Gestão Pública – Formação e Organização Social	48
4.1.5 Ampliação da Infra-Estrutura Social e Urbana – Serviços Públicos (Educação, Saúde, Segurança Pública, Direitos Humanos, Justiça, Saneamento Básico)	58
4.1.6 Ampliação da Infra-estrutura Econômica e Logística.....	65
5. Gestão do Desenvolvimento – Estratégia, Acompanhamento e Monitoramento.	68
6. Bibliografia	71
7. Anexo - Fotos – Planilhas – Mapas	72

1. APRESENTAÇÃO

O conceito mais abrangente de território define-o como espaço físico, geograficamente definido, não necessariamente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições; e uma população com grupos sociais relativamente distintos que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão (social, cultural e territorial) e sentimento de pertencimento (SDT, 2005).

A execução da política de desenvolvimento territorial é um processo que visa atribuir à cidadania, e às instituições/entidades capacidades de valorizar o seu ambiente, agir em conjunto, criar elos intersetoriais, tentando alcançar uma capacidade máxima de gerar ações e iniciar processos que buscam relações entre si, além de colocar as pessoas como protagonistas das relações sociais, econômicas e políticas do meio onde estão inseridas.

O Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Território da Bacia do Rio Grande – PTDS BRG - é o instrumento norteador principal das estratégias e intervenções no Território, tendo como objetivo primordial facilitar a articulação e a implementação de programas e projetos que viabilizem o desenvolvimento sustentável do Território da Bacia do Rio Grande. Essa versão do Plano foi pensada para os próximos oito anos e é resultado de um amplo processo de esclarecimento, informação, mobilização e construção coletiva e vem contemplar a decisão dos governos federal e estadual de democratizar e universalizar o acesso dos Territórios às políticas públicas, numa perspectiva de gestão social participativa e compartilhada.

A metodologia utilizada para elaboração deste documento pautou-se no pressuposto da participação coletiva e democrática de todos os atores envolvidos no processo, buscando sempre propiciar uma reflexão crítica sobre a realidade, de modo que as propostas fossem direcionadas à transformação e melhoria na qualidade de vida dos municípios, das comunidades rurais e da sociedade em geral.

Foram realizadas oficinas para definição dos eixos da Matriz de Planejamento do Plano, de maneira que todos puderam expor e argumentar seus pontos de vistas, prevalecendo no final o consenso e definição de diretrizes e linhas de ação voltadas para o desenvolvimento mais abrangente. Todas as oficinas e encontros realizados entre agosto 2016 e janeiro 2017

estiveram voltados para sintonizar as ideias dos atores sociais do Território com a proposta de construção do Plano.

Este documento sintetiza e destaca as características mais marcantes do território, integrado por catorze municípios. O PTDS BRG será composto pelas dimensões social, cultural, educacional, econômica, política e produtiva.

Na primeira parte, um histórico e caracterização ampla do território, faz um breve diagnóstico e revela a realidade territorial nos seus mais diversos aspectos: históricos, geográficos, sociais, políticos, ambientais, econômicos e culturais, e discorre sobre os problemas, os potenciais, as limitações e as oportunidades do Território. É um retrato sintético e crítico das intervenções humanas e as suas consequências; significa, em outras palavras, o retrato atual da realidade do Território da Bacia do Rio Grande.

Na segunda parte estão expressos os eixos da Matriz de Planejamento. A eles se vinculam os objetivos, as estratégias para cada objetivo e as metas para cada estratégia propostos, necessários para se alcançarem as mudanças desejadas pelo conjunto da população do Território, identificando políticas públicas voltadas para implementação do desenvolvimento territorial. Todas as ações estão direcionadas o desenvolvimento do capital social e ambiental das redes, a dinamização das economias e fortalecimento econômico, social e cultural das comunidades e dos atores territoriais, conforme as áreas estratégicas priorizadas pela SEPLAN.

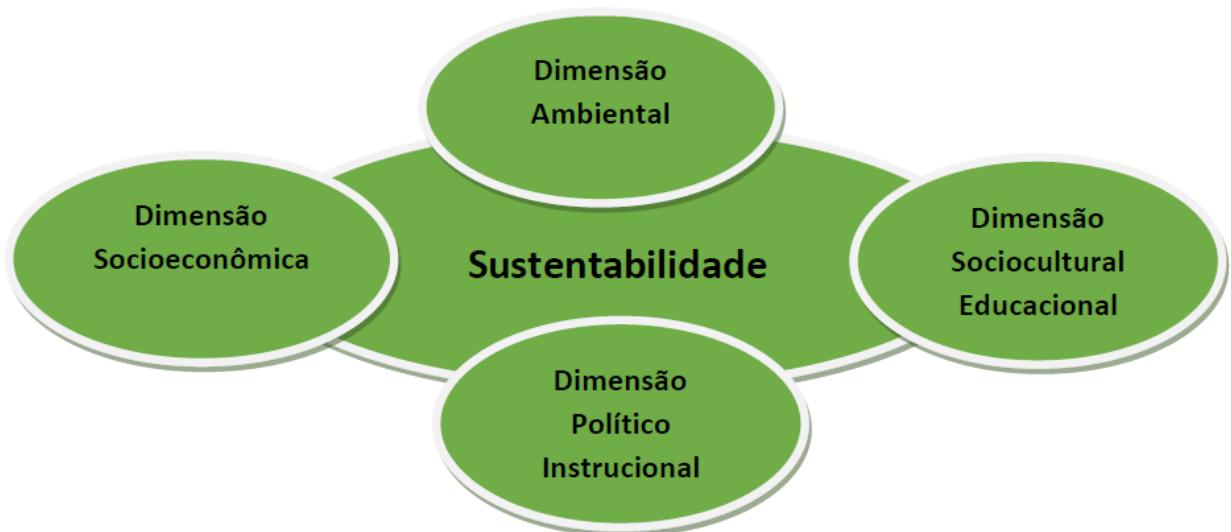
A elaboração do PTDS contou com a colaboração do CODETER BRG, Núcleo Executivo, Núcleo Técnico, Assessores Territoriais, UMOB, Orgãos estaduais e federais, ONG's, Associações, representações de classe, STR's, iniciativa privada, Sistema "S" e com as Câmaras Técnicas de Educação, Mulheres, Juventude e das Cadeias Produtivas, entre outras.

Por fim, cumpre-nos informar que o Plano Territorial de Desenvolvimento da Bacia do Rio Grande como processo coletivo e participativo em busca da sustentabilidade, nos seus três sustentáculos: Social, Econômico e Ambiental é dinâmico. Por construção humana é falho, e com certeza possuidor de lacunas. Posto, ainda, que as demandas e necessidades, recursos e provimentos estarão sempre se modificando, faz-se mister um processo de revisão constante, sempre que considerado necessário.

3. Dimensões do Desenvolvimento - Sustentabilidade

O Conceito atual de Sustentabilidade busca traduzir o comportamento de um individuo, grupo ou sociedade que, relacionando aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais, busca suprir as necessidades do presente sem afetar as gerações futuras.

Por conseguinte, nessa seção sobre o desenvolvimento no território, o diagnóstico deverá contribuir para apontar os resultados que se quer alcançar a partir de uma leitura sobre as dimensões do desenvolvimento sustentável elencadas previamente: I) dimensão socioeconômica, II) dimensão sociocultural educacional, III) dimensão ambiental e IV) dimensão político institucional, como ilustrado na Figura 1, a seguir.



Para cada uma dessas dimensões do desenvolvimento sustentável serão levantadas as limitações e as potencialidades do território. Para isto, foram consultados os esboços de planos anteriores e outros documentos elaborados ou aprovados pelo Colegiado Territorial, os resultados das Conferencias Territoriais de Desenvolvimento Rural, ATER, Educação, Saúde, Cidades, Segurança Alimentar e Pública e outras realizadas nos últimos cinco anos. Também, foram tomados em consideração para registrar os limites e potencialidades, os dados secundários elaborados no item anterior, referente às características geo-ambientais do território e os aspectos populacionais, culturais e indicadores socioeconômicos.

Nesta parte do diagnóstico, o mais importante foi ser capaz de colocar centralidade nas questões relacionadas aos limites e potencialidades para o desenvolvimento sustentável, de

forma que delas possam ser extraídas as principais ideias para a formulação de objetivos, estratégias e metas. Sendo assim, foram elaborados quadros das quatro dimensões objetivando tronar didática a apresentação e compreensão de tão complexo olhar.

3.1. Dimensão Socioeconômica – Em conformidade com as potencialidades, procura-se a organização social e econômica do território para se tornar geradora e dinamizadora do desenvolvimento e sustentabilidade. Caracteriza-se, portanto, por dois processos: a organização social das potencialidades do território e a reestruturação social das atividades produtivas ali predominantes, a partir da construção dos níveis de acumulação territorial e o desenvolvimento constante da produtividade e da inter-setorialidade socioprodutiva.

LIMITAÇÕES	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> - Ocorrência de vastas áreas com terras ácidas necessitando de correção e adubação (Consulta Territorial – Conferencia de ATER); - Precariedade da infraestrutura necessária para os criadores de caprinos e ovinos do território desenvolverem e comercializar sua cadeia produtiva, evitando o abate clandestino e a comercialização de produtos sem inspeção sanitária" (CAPRIOESTE); - Ausência de capacitação técnica dos agricultores familiares do território. (Conferencia de ATER/PPA 2016-2019); - Deficiência na oferta de formação técnica na área da agricultura orgânica e agroecologia no território. (Conferencia de ATER- Consulta Territorial -PPA 2016-2019); - Existência de dragas extratoras de areia irregulares na bacia do Rio Grande, indicando necessidade de melhoria no licenciamento, fiscalização e levantamento de impactos ambientais e sociais. (Colônia de Pescadores Z-64); 	<ul style="list-style-type: none"> - Grande oferta de terras; - Grande oferta de recursos hídricos, de superfície e subterrâneos ; - Existência do Conselho de Secretários de Agricultura; - Grande Oferta de recursos humanos com formação técnica de alta qualidade, quer de nível médio ou superior para realização de ATER; - Existência de 06 (seis) instituições de ensino da área de Ciências Agrárias (Agronomia, Medicina Veterinária, Técnica Agropecuária etc.); - Aptidão para a criação de caprinos e ovinos, potencial de expansão da comercialização dos produtos derivados da caprinovinocultura. (Consulta Territorial – CAPRIOESTE 2016); - Agricultura familiar com grande potencial no território; - Ampliação dos programas de desenvolvimento rural já existentes. (PPA 2016-2019); - Presença de experiências exitosas da

<ul style="list-style-type: none"> - Baixa produtividade agropecuária, baixa oferta de mecanização agrícola e de equipamentos compatíveis para agricultura familiar. (Conferencia de ATER); - Ausência de Serviços de Inspeção Sanitária para agroindústria familiar para beneficiamento dos produtos agrícolas, comercializando produtos in natura e/ou clandestinamente. (Consulta Territorial /Conferencia de ATER); - Ausência de agroindústrias para beneficiamento dos produtos agrícolas, comercializando produtos in natura. (PPA 2016-2019/Conferencia de ATER); - Ausência de pontos organizados e padronizados de comercialização de produtos da agricultura familiar e economia solidária, fragilizando todo o sistema produtivo." (Consulta Territorial/PPA 2016-2019); - Ausência de ATER pública, com redução do corpo técnico e condições adequadas de realização do trabalho (Câmara técnica das cadeias produtivas agropecuárias). - Ausência de ATER voltada para apoio a agroindústrias, artesanato e turismo. (PPA 2016- 2019); - Dificuldade na certificação de produtos da agricultura familiar, no acesso a água, à qualificação, comercialização e processamento dos produtos. (Oficina de Elaboração do PTDS); - Ineficiência na execução de políticas públicas de inclusão produtiva como o PAA e PNAE. (Consulta Territorial); - Ausência de capacitação das famílias de 	<ul style="list-style-type: none"> agroecologia como forma de produção. (Conferencia de ATER); - Ampla variedade de alimentos e produtos derivados da agricultura familiar e da economia solidária; - Diversidade de cultivos aptos a mecanização, permitindo aos agricultores familiares e agricultura de larga escala o uso de ferramentas para melhorar sua produtividade. (Conferencia ATER) - Agregação de valor aos produtos da agricultura familiar, gerando subprodutos de qualidade e aumentando sua renda. (PPA 2016-2019); - Terras férteis em vastas áreas do vale do Rio Grande; - Diversidade de produtos agrícolas e não agrícolas; - Presença de técnicos com formação agroecológica e de empreendimentos orgânicos e agroecológicos consolidados. (I oficina de elaboração do PTDS); - Presença de comunidades tradicionais produtivas. (Conferencia de ATER); - Existência de políticas públicas para comercialização de produtos da agricultura familiar e certificação destes produtos inclusive para aquisição em mercados institucionais. (Câmara Técnica das Cadeias Produtivas); - Grande apelo turístico da região, com presença de belezas naturais, com expressões e bens culturais, religião e tradições fortes, gastronomia, patrimônios históricos e esportes radicais. (CORETUR); - Grandes possibilidades de Turismo rural.
---	--

<p>comunidades tradicionais para o desenvolvimento socioeconômico sustentável. (II Oficina PTDS);</p> <p>Ineficiência de políticas públicas para assentados de reforma agrária, como licenciamento ambiental de Projetos de Assentamento, ATES, crédito e titulação;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ineficiência de políticas públicas de regularização fundiária, crédito e crédito fundiário voltadas para agricultores familiares e comunidades tradicionais (Conferencia de ATER); - Morosidade e pouca transparência na análise de pedidos de regularização ambiental, outorga de uso de recursos hídricos e autorização para perfuração de poços. (Câmara Técnica de Meio-Ambiente); - Necessidade de ampliação de infraestrutura hídrica de uso múltiplo, para garantia da segurança alimentar e hídrica, inclusive através de tecnologias sociais para captação e reserva de água de chuva (I Oficina do PTDS); - Desorganização da cadeia produtiva do turismo com pouca exploração da cultura como indutor turístico. (Conferência de ATER e Cultura); - Precariedade de investimentos municipais em divulgação e em infraestrutura nos locais turísticos já explorados. Falta de organização das comunidades rurais como atrativos turísticos e qualificação. (Oficina PTDS); - Problemas de infraestrutura rodoviária que dificulta o turismo, transporte rodoviário de passageiros entre as comunidades que compõem o território, bem como o escoamento 	<p>(Oficina PTDS);</p> <ul style="list-style-type: none"> - O Território faz parte de destinos turísticos definidos pelo MTUR - Ministério do Turismo e o Caminhos do Oeste, constitui uma das regiões turísticas do Estado da Bahia ; - Existência de grandes atrativos turísticos – Cavernas, cachoeiras, corredeiras, rios . - Grande potencial para apicultura, com possibilidade de aumento na quantidade de apicultores e meliponicultores no território (Câmara Técnica das cadeias Produtivas); - Existência da COPAMESF, município de Ibotirama, no Território Velho Chico, com sua experiência na comercialização com Serviço de Inspeção Federal. Possibilidade de parceria para beneficiamento e comercialização (SEBRAE); - Vegetação com grande potencial melífero e apicultura itinerante;
--	--

<p>da produção existente e acesso a BR 242 (Oficina do PTDS, PPA 2016 – 2019/2012-2015, Conferencia de ATER);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Insuficiênci a de infraestrutura para comercialização na cadeia produtiva do mel. (Câmara Técnica das Cadeias Produtivas); - Energia elétrica deficiente tanto na carga como na qualidade oferecida; 	
---	--

3.2. Dimensão Sociocultural e Educacional – Objetiva resgatar a história da formação do território e identificar as características sociodemográficas da diversidade sociocultural, bem como as suas relações com os direitos à educação, saúde e o fortalecimento da identidade cultural, visando à construção da sustentabilidade democrática do desenvolvimento dos territórios. Quanto à educação, é vista como mecanismo sistêmico de reprodução social e cultural dos novos valores, comportamentos imaginários e simbólicos da sustentabilidade dos territórios.

LIMITAÇÕES	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> - Muitas carências do Hospital do Oeste nos seus equipamentos e serviços médicos de média e alta complexidade para atender as demandas do território. (PPA 2016 – 2019); -Carência de novas unidades de saúde (UPA, SAMU e PSF) e falta de infraestrutura física e técnica nos locais de saúde pública para o atendimento ao cidadão no âmbito do Território. (Consulta Territorial/NRS 11/UMOB); - Ausência de um centro de referência em DST/HIV no território, ocasionando deslocamento de pacientes para os grandes centros. (PPA 2016 – 2019); - População de baixa renda, com necessidade de aquisição de medicamentos a um baixo 	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de Unidades de Saúde da Família em todos os municípios do território. Bem como UPAs e SAMU em muitos municípios. (NRS 11); - Previsão de ampliação do Hospital Regional do Oeste, (NRS 11); - Número considerável de estudantes oriundos de famílias de agricultores familiares, com interesse em formação técnica. (Oficina do PTDS); - Existência de duas Escolas Família Agrícola; - Existência de Escolas Técnicas - CETEP BRG; - Presença efetiva do IFBA no território; - Presença da Universidade Estadual da Bahia; - Experiências exitosas nos programas de

<p>custo;</p> <ul style="list-style-type: none"> -Ausência de um programa de saúde pública voltado para comunidades Quilombolas da Chapada Diamantina. (PPA 2016 – 2019); -Necessidade de ampliação das equipes volantes de saúde que possam atender as comunidades rurais, quilombolas, indígenas e grupos minoritários. (Conferencia de Saúde); - Ineficiênci a de programas de apoio à saúde do idoso (PTDS 2015); - Carênci a na área de formação em educação do campo e falta de apoio às EFA's (Escola Família Agrícola) existentes no território. (PPA 2016 – 2019) (Oficina do PTDS); - Condições precárias da infraestrutura da atual sede do campus IX da UNEB; - Ocorrênci a de evasão escolar e falta de capacitação continuada dos professores, necessitando de centros multidisciplinares de formação. (PPA 2016 – 2019); - Falta de conhecimento e formação dos profissionais de educação sobre a lei 10639/2003 e o conhecimento da luta quilombola (PTDS 2015); - Ausência de um plano territorial de políticas públicas voltadas para a cultura, como também a baixa capacitação técnica dos gestores e profissionais na área cultural. (PPA 2016 – 2019); - Ausência de um centro territorial cultural do TICD e de ações públicas para o incentivo à presenç a de bibliotecas públicas e espaços culturais que dialoguem com as múltiplas linguagens existentes na sociedade, como forma de capacitar agentes culturais e oferecer 	<ul style="list-style-type: none"> estaduais de educação; - Grande diversidade cultural presente no território (Sul, Nordeste, Centro-Oeste) - existênci a de grupos de teatro, manifestações de comunidades tradicionais e movimentos de juventude ligados a práticas culturais (quadrilhas juninas, Fanfaras, filarmônicas); - Presenç a de manifestações tradicionais (reisados, capoeira, festas tradicionais, Nazaro, filarmônicas, Odoia/Iemanjá, etc.). <p>(Conferencia de Cultura);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Presenç a de patrimônio material e imaterial de grande importânci a (Conferencia de Cultura/CORETUR Caminhos do Oeste); - Presenç a de imóveis passíveis de tombamento pelos órgãos públicos IPAC e IPHAN; - Existênci a de municípios com implementação do Sistema Municipal de Cultura; - Presenç a de conselhos tutelares em muitos dos municípios, somada a legislações e políticas públicas de defesa da criança e do adolescente. <p>(Contribuiçao CDCA);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grande quantidad e de empresas especializadas em políticas de habitação, propiciando assim a expansão nas cidades e na zona rural do território; - Presenç a de assentamentos de reforma agrária no território e de comunidades tradicionais e quilombolas; - Ampla quantidad e de usuários de telefonia celular e internet no âmbito do território. ; - Redes de distribuiçao de energia elétrica existentes no território e uma quantidad e expressiva de consumidores dos serviços de energia;
---	---

<p>manifestações culturais para a sociedade. (PPA 2016 – 2019);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desconhecimento da população com relação ao seu patrimônio, falta de investimento em educação patrimonial e salvaguarda (pesquisa, tombamento, etc.) e a falta de legislação pertinente. (I Oficina do PTDS); - Ausência de um mapeamento das manifestações e grupos culturais no território (Conferência de Cultura - Barreiras); - Baixo efetivo policial na maioria das cidades do território e ausência de serviço de inteligência, deixando vários crimes sem solução. (Comissão Voluntária pela Segurança e Paz); - Falta de condições físicas e efetivo para delegacia especializada no atendimento à violência contra a mulher e ausência de condições adequadas de infraestrutura nas delegacias existentes. (Comissão Voluntária pela Segurança e Paz/Conselho Comunitário de Segurança Pública Barreiras I e II); - Existência de Defensoria pública concentrada na cidade polo do território – Barreiras - e ausência de ouvidoria pública. (Comissão Voluntária pela Segurança e Paz/Conselho Comunitário de Segurança Pública Barreiras I e II); - Ausência de juizado especial para questões das Comunidades Tradicionais (PTS 2015); - Policiais civis, das delegacias comuns, não capacitados para que se trate com dignidade as mulheres vítimas de violência; (Câmara Técnica de Mulheres/Comissão da Paz); 	
---	--

3.3. Dimensão ambiental - Consiste na valorização e avaliação da situação das questões e dos componentes do meio ambiente dos territórios e seu bioma, assim como a identificação dos passivos ambientais em busca da sustentabilidade.

LIMITAÇÕES	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> - Presença de lixões em todos os municípios do território e ausência de esgotamento sanitário em praticamente todos os municípios, elevando casos de doenças e contaminação dos solos e água subterrânea e superficial; - Diminuição da capacidade de ação do IBAMA; - Diminuição da capacidade de fiscalização do INEMA/SEMA BA; - Abandono da atividade do DEFESO na Bacia do Rio Grande; - Perda da biodiversidade; - Incêndios florestais constantes e queimadas, causando esgotamento de nascentes, com impacto negativo para agropecuária, o turismo , economias locais e risco de destruição de bens materiais (habitações, postes de energia elétrica, comunicações, etc); - Esgotamento das nascentes pelo desmatamento e descontrole na abertura de poços subterrâneos; - Falta de estudos de viabilidade dos poços perfurados e barragens de todos os portes; - Ausência do plano de Bacia Hidrográfica do Rio Grande; - Poluição das águas superficiais e subterrâneas e a contaminação devido ao uso intensivo de agrotóxicos; - Presença de modelos de agricultura baseados 	<ul style="list-style-type: none"> - Início de iniciativas municipais exitosas com relação ao esgotamento sanitário e a destinação adequada a resíduos sólidos, retirando fatores de contaminação do solo e da água, diminuindo casos de doenças e possibilitando a geração de renda (Oficina Plano Municipal de Saneamento de Barreiras); - Grande disponibilidade de recursos hídricos; - Áreas com grande potencial para constituição de Parque Nacional (PARNA), unidades de conservação estaduais e municipais (APAS); - Presença de unidades de conservação estaduais municipais e privadas (APAS Rio de Janeiro e Rio Preto, Parque da Vida em Barreiras e Parque Municipal de São Desidério, Parque Fioravanti Galvani em Luís Eduardo Magalhães, Fundação Vida em Barreiras); - Existência do “Prêmio Pequi de Ouro” da ONG 10 Envolvimento com objetivo de reconhecer e promover as pessoas e instituições que defendem e promovem o desenvolvimento sustentável no Oeste da Bahia; - Diversidade de biomas (remanescentes de mata atlântica, caatinga e cerrado) e de espécies da fauna e da flora; - Solos férteis e grande remanescente de vegetação nativa; - Presença de comunidades tradicionais e assentamentos, sítios rupestres, sítios

<p>na agricultura de grande escala;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Mineração não regularizada (Dragas); - Loteamentos no meio rural e crescimento urbano desordenado; - Desenvolvimento de Turismo de massa desordenado (contaminação das águas e do solo através de esgoto e resíduos sólidos e aumento do risco de queimadas); - Fiscalização insuficiente dos grandes empreendimentos agropecuários e industriais; - Falta transparência na aplicação da lei de outorga, considerando a disponibilidade hídrica superficial e subterrânea; - Falta de gestão e planos nas Unidades de Conservação; - Dificuldade no acesso ao licenciamento ambiental e outorga por parte dos pequenos e médios produtores e agricultores familiares, por conta da grande burocracia e custos elevados; - Falta de educação ambiental continuada e envolvimento das entidades do governo; - Ineficiência do plano de prevenção e combate aos incêndios florestais; - Ausência de capacitação e apoio para que as associações concorram aos editais de fomento; - Ausência de polícia ambiental; - Extração irregular dos recursos naturais (plantas nativas, animais, fósseis, etc.); - Necessidade de apoio à consolidação das Unidades de Conservação (UC's) existentes no Território, à regulamentação de seus mecanismos de gestão e à criação de novas UC's. (Câmara Técnica de Meio-Ambiente); 	<p>arqueológicos, geológicos, sendo potenciais para o desenvolvimento do turismo de base comunitária, científico e eco turismo;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Clima adequado para grandes variedades de cultura; - Existência de experiências voltadas para a agricultura orgânica e agroecologia com sensibilização e disseminação de informação; - Existência de brigadas de incêndio; - Existência de associação de condutores de visitantes com preocupação ambiental (São Desidério); - Presença de Promotoria Ambiental do Oeste da Bahia; - Existência da Câmara Técnica Territorial de Meio Ambiente; - Abundância em energias renováveis com potencial energético; - Presença de Institutos de Educação Pública com cursos voltados para o meio ambiente, como o CETEP BRG (Agroecologia) e UFOB (Engenharia Sanitária e Ambiental).
--	--

3.4. Dimensão Político- Institucional - Consiste na análise das estruturas de poder e das representações sociais nos espaços sócio-políticos do território para compreender as relações entre políticas públicas, os projetos políticos que as representam, as institucionalidades a elas vinculadas e a governabilidade sócio territorial, na perspectiva da configuração de uma moderna esfera pública ampliada, democrática e com protagonismo dos atores locais.

LIMITAÇÕES	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> - Desarticulação dos CMDS (Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável) existentes no Território, fragilizando inclusive sistemas de controle social; - Baixo índice de articulação entre os níveis federal, estadual e municipal, na gestão das políticas públicas. (Oficina do PTDS) - Baixa participação dos prefeitos e outros gestores públicos municipais no Colegiado Territorial. (CODETER). - Baixa participação das entidades governamentais no Colegiado Territorial (Câmara de Meio Ambiente); - Baixa articulação e comunicação entre os Conselhos municipais, Conselhos de Unidades de Conservação, Comitê de bacia hidrográfica e Colegiado Territorial (Câmara de Meio Ambiente); - Codeter e Consórcio de prefeituras com pouca colaboração e cooperação; - Inexistência e fragilidade dos conselhos municipais de Turismo e Cultura (Oficina do PTDS). - Baixa articulação e comunicação entre os Sindicatos de Trabalhadores(as) Rurais (STR's) no território (CODETER) 	<ul style="list-style-type: none"> - Presença de Conselhos Municipais de desenvolvimento Sustentável nos municípios, apoiando as associações comunitárias rurais. (Consulta Territorial/Oficina PTDS). - Existência de diversos conselhos municipais (meio ambiente, merenda escolar, tutelar, CMDS, turismo, cultura, educação), fortalecendo a participação popular e o controle social; - Existência do Consórcio de prefeituras municipais , UMOB, com grande potencial de captação, organização e abrangência (UMOB); - Proximidade e articulação do Codeter com as secretarias estaduais que trabalham diretamente com políticas territoriais (SEPLAN, SDR, SECULT); - Existência do Observatório Social em Barreiras; - Existência da Comissão Voluntária pela Segurança e Paz; - Existência do Fórum de Educação com participação das instituições de ensino do território.

4. Eixos de Planejamento, Matrizes de Objetivos, Estratégias e Metas

Este item aborda o tema central do PTDS da Bacia do Rio Grande, pois trata do planejamento propriamente dito do território. É apresentado em formato de uma Matriz que vincula eixos do desenvolvimento sustentável territorial a respectivos objetivos, estratégias e metas.

O horizonte cronológico do PTDS BRG, tem nível de planejamento macro para os próximos 08 anos. Partindo de cada uma das Matrizes, serão construídas Agendas Territoriais de Desenvolvimento Sustentável, onde serão definidos, em períodos sucessivos bianuais, ações, programas e projetos a serem executadas no período estabelecido. O PTDSS será o instrumento de planejamento estratégico, enquanto as Agendas de Desenvolvimento Territorial, derivadas do PTDSS, serão os instrumentos de planejamento operacional.

6s eixos de planejamento abrigam as dimensões sustentáveis do desenvolvimento territorial tratadas no capítulo anterior conforme demonstrado no quadro seguinte.

Quadro – Relação entre os eixos de planejamento da Matriz e as dimensões do desenvolvimento sustentável territorial

Eixos de Planejamento da Matriz	Principais Dimensões do Desenvolvimento contempladas
1. Desenvolvimento Econômico - Diversificação e Adensamento das Cadeias Produtivas com Inclusão Socioprodutiva.	Dimensão Socioeconômica Dimensão ambiental Dimensão sociocultural e Educacional
2. Desenvolvimento Ambiental /Gestão Ambiental e Recuperação do Meio Ambiente.	Dimensão Socioeconômica Dimensão ambiental Dimensão sociocultural e Educacional
3. Estrutura Fundiária e Acesso à Terra	Dimensão Socioeconômica Dimensão ambiental Dimensão sociocultural e Educacional
4. Democratização e Melhoria da Gestão Pública – Formação e Organização Social	Dimensão sociocultural e Educacional Dimensão Político Institucional
5. Ampliação da Infra-Estrutura Social e Urbana – Serviços Públicos	Dimensão Socioeconômica Dimensão sociocultural e Educacional Dimensão Político Institucional
6. Ampliação da Infra-estrutura Econômica e Logística	Dimensão Socioeconômica Dimensão sociocultural e Educacional Dimensão Político Institucional

Como visto, um eixo se relaciona com duas ou mais dimensões do desenvolvimento sustentável, como é de se esperar de um modelo de desenvolvimento multidimensional em que as dimensões se inter-relacionam. Essa inter-relação é desejada na execução do Plano, na fase da sua operacionalização. As agendas territoriais, enquanto instrumento de planejamento operacional, receberão da Matriz de objetivos, estratégias e metas essa característica de abordagem territorial multidimensional.

Os seis eixos da Matriz de Planejamento, se vinculam aos objetivos, as estratégias para cada objetivo e as metas para cada estratégia, como demonstrado nos quadros abaixo apresentados:

Eixo 1. Desenvolvimento Econômico - Diversificação e Adensamento das Cadeias Produtivas com Inclusão Socioprodutiva.

Objetivos	Estratégias	Metas
1. Ampliar a oferta de agua, dos diversos recursos hídricos, e seu uso responsável para produção agropecuária.	1.1. Viabilidade de Construção de Obras para armazenamento de água. 1.2. Distribuição de Água para populações ribeirinhas. 1.3. Obras de acumulação de água pluviais.	1.1.1. Realizar 03 Estudos de Viabilidade e Impacto Ambiental para Construção de Barragens. 1.2.1. Construção de 03 Adutoras para abastecimento das populações às margens do Rio Grande nos municípios do terço final do vale (Angical, Riachão das Neves, Cotelipe, Wanderley, Mansidão, Buritirama). (II Oficina PTDS) 1.3.1. Construção de 2.500 (dois mil e quinhentos) barreiros trincheira – modelo Embrapa (Consulta Territorial); 1.3.2. Construção de 50 (cinquenta) barragens subterrâneas (Oficina Territorial); 1.3.3. Construção de Cinco mil (5.000) cisternas de produção. (Consulta Territorial)
	1.4. Promover a economia no uso da água com o uso de técnicas modernas de alta eficiência.	1.4.1. Transformar o distrito de irrigação São Desidério – Barreiras Sul que opera com sistema de irrigação por superfície para sistema de irrigação por gotejamento e/ou micro-aspersão. (Sugestão Consultor/Consulta Territorial); 1.4.2. Modificação do Sistema de Condução e distribuição de água no DISB - Distrito de Irrigação São Desidério – Barreiras Sul (Comitê de Bacia do Rio Grande).
2. Adensamento das cadeias produtivas familiares para o desenvolvimento sustentável, fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia, com ampliação da renda, da produção, da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis.	2.1. Universalização ATER, com qualidade e responsabilidade social	2.1.1. Instalação de SEMAF nos 14 municípios do território; (Consulta Territorial) 2.1.2. Atendimento da Bahiater nos 14 municípios; (Consulta Territorial – PPA 2016-2019) 2.1.3. Contratar por Editais, entidades para prestar serviços de ATER para 4.000 famílias de agricultores, auxiliares a Bahiater. (Consulta Territorial – PPA 2016-2019)
	2.2. Inspeção sanitária agropecuária para proporcionar agregação de valor, segurança alimentar e dinamizar a	2.2.1. Implantação do serviço de inspeção Sanitária de abrangência territorial via consórcio - UMOB. (Consultor)

	comercialização.	
	2.3. Capacitação para empreendedorismo e técnicas produtivas	<p>2.3.1. Realizar 240 cursos de empreendedorismo e técnicas para produção agropecuária – Bahiater e Sistema S. (Consulta Territorial – PPA 2016-2019)</p> <p>2.3.2. Realizar 140 cursos de empreendedorismo e técnicas para produção agropecuária de base Agroecológica – Bahiater e Sistema S. (Consulta Territorial)</p>
	2.4. Incremento no crédito para custeio e investimento	<p>2.4.1. Ampliar o acesso de crédito em 40 % da montante atual em 04 anos. 60% em 8 anos. (Consulta Territorial)</p>
	2.5. Organização e Promoção da Comercialização	<p>2.5.1. Instalação de duas (02) centrais de comercialização de cunho territorial nos municípios de Barreiras e Wanderley. (Consulta Territorial – PPA 2016-2019)</p> <p>2.5.2. Criar Consórcio Territorial Multifinalitário da UMOB para promover a organização e promoção da Comercialização (Consulta Territorial)</p> <p>2.5.3. Incremento das feiras livres e mercados municipais com criação e/ou ampliação das áreas para Agricultura Familiar com instalações padronizadas em todos os 14 municípios (Consulta Territorial).</p>
	2.6. Implantar infraestrutura para beneficiamento dos produtos da agricultura familiar	<p>2.6.1. Instalar 02 (duas) unidades de beneficiamento por ano, totalizando 14 unidades, uma em cada município do território de acordo com a definição do Colegiado em sintonia com as cadeias produtivas de maior repercussão sócio-econômica . (Consulta Territorial – PPA 2016-2019)</p>
	2.7. Promover os produtos da agricultura familiar nos mercados formais, institucionais e solidários	<p>2.7.1. Ampliar o percentual da Alimentação escolar fornecida pela agricultura familiar do território para 60 % - PNAE; (Consulta Territorial – PPA 2016-2019)</p> <p>2.7.2. Aumentar o percentual da produção comercializada com a CONAB pelo PAA em 40 %.</p>
	2.8. Promover sistemas de produção alternativos baseados na Agroecologia	<p>2.8.1 Certificar 1.000 (mil) empreendimentos agropecuários no sistema orgânico nas diversas modalidades de certificação reconhecida pelo MAPA; (Consulta Territorial)</p>

		<p>2.8.2. Promover 24 cursos de Agroecologia teórico-prático nos próximos 08 anos, para agricultura familiar do território. (Consulta Territorial)</p>
		<p>2.8.3. Criar espaços específicos para produtos orgânicos/Agroecológicos nas feiras e mercados municipais e territoriais de todos os 14 municípios. (Consultor/Consulta Territorial)</p>
		<p>2.8.4. Fomentar 358 (trezentos e cinquenta e oito) sistemas produtivas sustentáveis para transição agroecológica (PPA 2016-2019).</p>
	<p>2.9. Promoção e Fortalecimento e ampliação da Cadeia Produtiva da Piscicultura</p>	<p>2.9.1. Distribuição de 1 (um) milhão de alevinos por ano;</p>
		<p>2.9.2. Instalar unidade de produção de alevinos no Território;</p>
		<p>2.9.3. Aumentar em 60% o numero de tanques redes instalados no território;</p>
		<p>2.9.4. Aumentar em 50% a área de tanques escavados instalados no território.(COOPEIXE – Consulta Territorial);</p>
		<p>2.9.5. Implantar 10 empreendimentos com conjunto de tanques de superfícies de alta produtividade e eficiência de uso/reuso da água no território;</p>
		<p>2.9.6. Promover 04 (quatro) cursos do SENAR Peixe em 08 anos;</p>
		<p>2.9.7. Concluir e equipar a Unidade de Beneficiamento de Pescado em Barreiras, dotada de serviço de inspeção sanitária - SIF/SIE;</p>
		<p>2.9.8. Retomar a instalação da Unidade de Beneficiamento de Luís Eduardo Magalhães de iniciativa por convênio entre prefeitura e Governo Federal/Ministério da Pesca (Consulta Territorial);</p>
		<p>2.9.9. Instalar 01 (uma) fabrica de ração pela COOPEIXE ou iniciativa privada; (Consulta Territorial - PPA 2016-2019) ;</p>
		<p>2.9.10. Implantar 03 unidades produtivas de aquicultura (Consulta Territorial - SEAGRI – PPA 2016-2019)</p>
		<p>2.9.11. Fortalecer a COOPEIXE – Cooperativa dos Piscicultores do Oeste com apoio institucional, técnico e</p>

		<p>financeiro para triplicar o numero de cooperados e duplicar a produção; (Consulta Territorial)</p> <p>2.9.12. Introduzir o Peixe na alimentação escolar dos municípios.</p>
	2.10. Fortalecimento e ampliação da Cadeia Produtiva da Bovinocultura do Leite	<p>2.10.1. Aplicar o sistema de ATER (técnicas de criação, manejo, alimentação, doenças e zoonoses, etc.) através da Bahiater, Bahia Produtiva, e Semaf's para aumentar a produtividade média em 60 %; (Consulta Territorial – PPA 2016-2019)</p> <p>2.10.2. Garantir a instalação e funcionamento do laticínio de Wanderley (Bahia Produtiva);</p> <p>2.10.3. Apoiar as agroindustriais do leite no território (Wanderlei, Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, Angical), com crédito, sistemas de Inspeção sanitária e logística;</p> <p>2.10.4. Ampliar a rede de captação de leite in natura resfriado com instalação de 50 resfriadores (2.500 a 3.000 l de capacidade por unidade) nos municípios de Wanderley, Catolândia, Baianópolis, Cotelândia, Barreiras, Riachão das Neves, Luis Eduardo Magalhães, Cristópolis e Angical em seis anos.</p> <p>2.10.5. Melhorar o rebanho leiteiro através de aprimoramento genético por sistema de inseminação artificial (IATF) ,para dentro do Programa Pró-Genética com sêmen de qualidade de reprodutores de aptidão leiteira inseminar 8.000 (oito mil) matrizes, aumentando a produtividade em 50%. (PROLEITE, CATOLEITE, AGRIFAMSOL)</p> <p>2.10.6. Promover 10 (dez) cursos do SENAR Leite em 08 anos; (Consulta Territorial);</p> <p>2.10.7. Instalar 28 (vinte e oito) unidades de referencia para Bovinocultura de Leite (Consulta Territorial);</p> <p>2.10.8. Introduzir a aquisição institucional do leite para Alimentação escolar do território, via PNAE Estadual e Municipais, e do PAA Leite via Conab.</p>
	2.11. Fortalecimento e	2.11.1. Aplicar o sistema de ATER

	<p>ampliação da Cadeia Produtiva da Mandioca.</p>	<p>(técnicas de plantio, variedades, pragas e doenças, etc.) através da Bahiater, e Semaf's para aumentar a produtividade média em 60%. (Consulta Territorial – PPA 2016-2019)</p> <p>2.11.2. Implantar 14 (catorze) campos de produção de material propagativo (manivas) com qualidade genética e livre de pragas/doenças, via produtor/programa RENIVA;</p> <p>2.11.3. Revitalizar 100 % das agroindústrias associativas paralisadas (casa de farinha) financiadas com recursos públicos (CAR, emendas parlamentares, Seagri-Ba etc.) (Consulta Territorial - CAR);</p> <p>2.11.4. Instalar 01 agroindústria de fécula ou mandioca de mesa de cunho associativista ou da iniciativa privada. (Câmara Técnica Cadeias Produtivas)</p> <p>2.11.5. Ampliar em 50 % a aquisição da mandioca e seus derivados na Alimentação escolar dos municípios do território. (Consulta Territorial);</p> <p>2.11.6. Realizar 28 (vinte e oito) Cursos PROSENAR Mandioca. 14 (catorze) a cada 4 anos. (Câmara Técnica Cadeias Produtivas)</p>
	<p>2.12. Fortalecimento e Ampliação da Cadeia Produtiva do Alho.</p>	<p>2.12.1. Aplicar o sistema de ATER (técnicas de plantio, variedades, pragas e doenças, etc.) através da Bahiater, e Semaf's para aumentar a produtividade média em 25 %; (Consulta Territorial – PPA 2016-2019)</p> <p>2.12.2. Ampliar o canal de comercialização do alho através da criação de 01 (uma) entidade associativista que represente o conjunto dos produtores, para proceder a organização da produção ,classificação e colocação nos mercados do território e bolsa de mercadorias. (Consulta Territorial – Bahiater)</p> <p>2.12.3. Revitalizar a unidade agroindustrial associativista de processamento do alho, em Cristópolis, com apoio técnico e financeiro da CAR e Prefeitura de Cristópolis - UMOB (Consulta territorial /Demanda dos Produtores)</p> <p>2.12.4. Firmar convênio entre a</p>

		<p>EMBRAPA, Bahiater, Produtores, Universidades e UMOB para dar apoio de pesquisa e ATER a cadeia do alho.</p> <p>2.12.5. Ampliar em 200 % (duzentos por cento) a produção de alho livre de vírus;</p> <p>2.12.6. Promover 04 (quatro) cursos SENAR Alho</p> <p>2.12.7. Ampliar em 100 % o uso da técnica de vernalização para produção de alho nobre.</p>
	<p>2.13. Fortalecimento e Ampliação da Cadeia Produtiva da Apicultura.</p>	<p>2.13.1. Aplicar o sistema de ATER (técnicas de captura, criação, manejo, pragas e doenças, etc.) através da Bahiater, e Semaf's para aumentar a produtividade média em 30%; (Consulta Territorial – PPA 2016-2019)</p> <p>2.13.2. Instalar 02 (duas) unidade beneficiamento de Mel com serviço de inspeção sanitária para propiciar a comercialização legal do produto. Em Mansidão e Buritirama (Consulta Territorial – PPA 2016-2019 – Bahia Produtiva)</p> <p>2.13.3. Criar uma marca do mel obtido no território com uniformização dos processos de obtenção e beneficiamento para alcançar excelência do produto e consequentemente conquista de mercados; (Consultor)</p> <p>2.13.4. Ampliar em 100 % a aquisição do mel (em sache ou pote) na Alimentação escolar dos municípios do território. (Consulta Territorial) ;</p> <p>2.13.5. Criar 01 (uma) entidade territorial de representação associativista dos produtores e estabelecer relacionamento com a Cooperativa Coopamesf – Ibotirama – BA.</p>
	<p>2.14. Fortalecimento e Ampliação da Cadeia Produtiva da Ovino-Caprinocultura</p>	<p>2.14.1. Aplicar o sistema de ATER (técnicas de criação, manejo, alimentação, doenças e zoonoses, etc.) através da Bahiater, e Semaf's para aumentar a produtividade média em 25 %; (Consulta Territorial – PPA 2016-2019)</p> <p>2.14.2. Promover 04 (quatro) cursos do SENAR em 08 anos; (Consulta Territorial)</p>

		<p>2.14.3. Introduzir a aquisição institucional do leite e carne para Alimentação escolar do território, via PNAE, e do PAA Leite via Conab.</p> <p>2.14.4. Implantar 01 abatedouro para pequenos animais;</p> <p>2.14.5. Fortalecer a Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos do Oeste da Bahia - CAPRIOESTE, sediada em Barreiras triplicando os produtores associados e o rebanho.</p>
	<p>2.15. Fortalecimento e Ampliação da Cadeia Produtiva da Bovinocultura de Corte</p>	<p>2.15.1. Aplicar o sistema de ATER (técnicas de criação, manejo, alimentação, doenças e zoonoses, etc.) através da Bahiater, SENAR-SPRB/LEM e SemaF's para aumentar a produtividade média em 25 %; (Consulta Territorial – PPA 2016-2019)</p> <p>2.15.2. Promover 04 (quatro) cursos do SENAR em 08 anos; (Consulta Territorial - Acrioeste)</p> <p>2.15.3. Introduzir a aquisição institucional da carne para Alimentação Escolar do território, via PNAE, e do PAA via Conab.</p> <p>2.15.4. Garantir o funcionamento dos Frigoríficos Territoriais (Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e Muquém do S.Francisco);</p> <p>2.15.5. Implantar 02 (duas) feiras territoriais de gado bovino por ano (Acrioeste);</p> <p>2.15.6. Instalar 14 (catorze) unidades de referencia para Bovinocultura de Corte (Consulta Territorial);</p> <p>2.15.7. Fortalecer a Associação dos Criadores do Oeste da Bahia – ACRIESTE duplicando os produtores associados e sua produção.</p>
	<p>2.16. Fortalecimento e Ampliação da Cadeia Produtiva da Horticultura/Olericultura.</p>	<p>2.16.1. Aplicar o sistema de ATER (técnicas de plantio, adubação, variedades, pragas e doenças, etc.) através da Bahiater, e SemaF's para aumentar a produtividade média em 50%. (Consultor – Bahiater)</p> <p>2.16.2. implantar nos cinturões verdes 08 unidades familiares associativas (para limpeza, classificação, processamento mínimo e embalagem) financiadas com recursos públicos (CAR, emendas parlamentares, Seagri-</p>

		<p>Ba etc.) (Consulta Territorial - Consultor)</p> <p>2.16.3. Ampliar em 100 % a aquisição da Hortícolas/Olerícolas (legumes, verduras, folhosas, tubérculos etc.) in natura ou minimamente processados, na Alimentação escolar dos municípios do território. (Consulta Territorial – PPA 2016-2019)</p>
	<p>2.17. Fortalecimento e Ampliação da Cadeia Produtiva dos Grãos (Milho, Soja, Sorgo, Feijão)</p>	<p>2.17.1. Aplicar o sistema de ATER (técnicas de plantio, adubação, variedades, pragas e doenças, etc.) através da Bahiater, SENAR-SPRB/LEM e Semafl's para aumentar a produtividade média em 25 %; (Consulta Territorial – PPA 2016-2019);</p> <p>2.17.2. Ampliar em 100 % a capacidade de armazenagem de grãos no Território;</p> <p>2.17.3. Ampliar em 100 % o numero de industrias beneficiadoras de grãos;</p> <p>2.17.4. Ampliar em 100% a área de plantio do sorgo (grão/forrageiro);</p> <p>2.17.5. Promover 08 (oito) cursos do SENAR em 08 anos; (Consulta Territorial).</p>
	<p>2.18. Fortalecimento e Ampliação da Cadeia Produtiva da Avicultura</p>	<p>2.18.1. Aplicar o sistema de ATER (técnicas de criação, manejo, alimentação, doenças e zoonoses, etc.) através da Bahiater, SENAR-SPRB/LEM e Semafl's para aumentar a produtividade média em 25 %; (Consulta Territorial – PPA 2016-2019)</p> <p>2.18.2. Promover 06 (seis) cursos do SENAR em 08 anos; (Consulta Territorial)</p> <p>2.18.3. Introduzir a aquisição institucional de aves “caipira” para Alimentação escolar do território, via PNAE, e do PAA via Conab.</p> <p>2.18.4. Garantir o funcionamento dos Frigoríficos Territoriais (Barreiras, Luís Eduardo Magalhães);</p> <p>2.18.5. Estimular a regularização/implantação de 06 abatedouros de aves - pequeno/médio porte da Agricultura Familiar no Território;</p> <p>2.18.6. Implantar Programa de Integração das Indústrias Frigoríficas</p>

		com os pequenos, médios produtores e agricultores familiares do Território.
2.19. Fortalecimento e Ampliação da Cadeia Produtiva da Cana-de-Açucar	2.19.1. Aplicar o sistema de ATER (técnicas de plantio, variedades, pragas e doenças, etc.) através da Bahiater, e Semafls para aumentar a produtividade média em 30%. (Consulta Territorial – PPA 2016-2019)	
	2.19.2. Implantar 02 campos de produção de material propagativo com qualidade genética e livre de pragas/doenças, via produtor;	
	2.19.3. Revitalizar 100 % das agroindústrias associativas/Agrifam paralisadas (Consulta Territorial - CAR);	
	2.19.4. Ampliar em 50 % a aquisição da Cana e seus derivados na Alimentação escolar dos municípios do território. (Consulta Territorial);	
	2.19.5. Realizar 06 Cursos PROSENAR CANA	
2.20. Fortalecimento e Ampliação da Cadeia Produtiva da Suinocultura	2.20.1. Aplicar o sistema de ATER (técnicas de criação, manejo, alimentação, doenças e zoonoses, etc.) através da Bahiater, SENAR-SPRB/LEM e Semafls para aumentar a produtividade média em 35 %; (Consulta Territorial – PPA 2016-2019)	
	2.20.2. Promover 04 (quatro) cursos do SENAR em 08 anos; (Consulta Territorial – Associação Criadores)	
	2.20.3. Introduzir a aquisição institucional da carne para Alimentação escolar do território, via PNAE, e do PAA via Conab.	
	2.20.4. Garantir período de funcionamento dos Frigoríficos Territoriais (Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e Muquém do S.Francisco) para abate de suínos;	
	2.20.5. Fortalecer a Associação dos Criadores de Suínos do Oeste da Bahia - SUINOESTE, duplicando o numero de produtores associados e da produção – (Consulta Territorial - SEAGRI LEM).	
	2.20.6. Garantir a realização anual da “Festa do Porco no Rolete” no distrito de Roda Velha – Município de São Desidério. (SUINOESTE)	

	<p>2.21. Promover a regularização ambiental das propriedades da Agricultura Familiar</p> <p>2.22. Promover o Agro-Extrativismo sustentável, integrado ao Artesanato e Agroindustrialização</p> <p>2.23. Promover a pesquisa agropecuária integrada a extensão rural no território</p> <p>2.24. Proporcionar acesso a material reprodutivo vegetal de qualidade para Agricultura Familiar</p>	<p>2.21.1. Realizar o CEFIR – Cadastro Florestal de Imóvel Rural em 18(dezoito) mil propriedades rurais da agricultura familiar. (Consulta Territorial)</p> <p>2.22.1. Realizar estudo de viabilidade econômico-ambiental de aproveitamento extrativista dos recursos vegetais nativos do território (buriti, umbu, mangaba, pequi, manga, caju, jatobá, capim dourado, tabúa, sementes e outros); (Consulta Territorial - Consultor)</p> <p>2.22.2. Instalar projeto piloto lastreado no estudo de viabilidade econômico-ambiental de aproveitamento extrativista dos frutos nativos do território, em comunidade rural. (Consulta Territorial – Consultor - PPA 2016-2019);</p> <p>2.22.3. Apoiar as entidades de cunho associativista que já realizam a atividade (Luís Eduardo Magalhães, São Desidério, Formosa do Rio Preto, Angical);</p> <p>2.22.4. Realizar 01 (uma) pesquisa para mapear e dimensionar o potencial extrativista vegetal do território;</p> <p>2.23.1. Firmar convênio de programa para pesquisa agropecuária e Ater entre os municípios (Secretarias de Agricultura), UMOB, Embrapa, Universidades, SEAGRI, SDR e SEC . (Consulta Territorial)</p> <p>2.23.2. Instalar área para pesquisa agropecuária e divulgação de resultados via consórcio municipal em parceria com as Escolas Famílias agrícolas, CETEP Bacia do Rio Grande, Embrapa, Bahiater e Universidades e Prefeituras. (Consulta Territorial)</p> <p>2.24.1. Criar 01 (um) campo de produção de sementes e manivas mantido pelo consórcio municipal e gerenciado pelo Conselho dos Secretários de Agricultura; (Consulta Territorial - Consultor)</p> <p>2.24.2. Criar 03 (três) Bancos de Sementes Básicas e Crioulas; (Consulta Territorial)</p> <p>2.24.3. Distribuir sementes e mudas</p>
--	--	--

		para 10.000 agricultores em 4 anos. (Consulta Territorial).
	2.25. Promover o seguro agrícola da Agricultura Familiar - Garantia Safra	2.25.1. Promover a adesão dos municípios e de 11.661 agricultores familiares ao programa Garantia Safra (PPA 2012 -2015)
	2.26. Fortalecer a Defesa Agropecuária no Território	2.26.1. Garantir o serviço da ADAB - Agencia de Defesa Agropecuária da Bahia – Superintendência Barreiras, com recursos humanos, equipamentos e financeiros.
3. Promover o TURISMO e como atividade sustentável no desenvolvimento socioeconômico e ambiental, para ampliação da renda, trabalho e como atividade coadjuvante na preservação do meio-ambiente.	3.1. Qualificar profissionais que atuam na prestação de serviços turísticos;	3.1.1. Capacitar 80 profissionais (Guias turísticos, agentes de viagem, agentes de turismo receptivos etc.) de Turismo e Ecoturismo nos próximos 04 anos;
	3.2. Identificar e mapear pontos turísticos (Ecoturismo, Cultura, Rural , Aventura e Arqueológico), rede hoteleira, restaurantes e serviços auxiliares do Turismo;	3.2.1. Confeccionar e publicar guia territorial em meio físico e nos sites das prefeituras, da Secretaria de Turismo da Bahia - SETUR e blogs do território. (Consulta Territorial)
	3.3. Criação de roteiros turísticos no Território da Bacia do Rio Grande/ Caminhos do Oeste e integrado aos territórios e estados fronteiriços;	3.3.1. Publicar no “Guia Turistico Territorial” em meio físico e nos sites das prefeituras, da Secretaria de Turismo da Bahia- SETUR e blogs do território. (Consulta Territorial) 3.3.2. Criar Centro de atendimento ao turista em cada município do Território.
4. Promover a CULTURA como atividade sustentável no desenvolvimento socioeconômico e ambiental, para ampliação da renda, trabalho e como atividade coadjuvante na preservação do patrimônio histórico material e imaterial.	4.1. Ampliar a divulgação das festas tradicionais do Território	4.1.1. Criar o “Calendário anual da Cultura” com eventos, datas, locais e protagonistas culturais para publicação, em meio físico e/ou nos sites das prefeituras, da Secretaria de Turismo da Bahia- SETUR e blogs do território. (Consulta Territorial)
	4.2. Preservar o patrimônio cultural propiciando o acesso ao conhecimento e a memória com vistas a sua sustentabilidade e o atendimento a sua função sócio-cultural.	4.2.1. Promover a conservação, restauração e requalificação de 02 (dois) bens protegidos ou de reconhecido valor cultural (móveis, imóveis e integrados), determinando por consenso dos membros da Plenária do Colegiado Territorial da Bacia do Rio Grande qual o “bem” a ser atendido. (PPA 2016-2019); 4.2.2. Criar Plano de reconhecimento e preservação do patrimônio histórico, cultura popular (material e imaterial) e arqueológico. (culinária, festas,

		manifestações, linguagem, feiras, artesanato, civismo, Quilombolas)
4.3. Preservar e divulgar a História do Território		<p>4.3.1. Criar o Museu da História do Território, em município a ser escolhido entre as prefeituras e o colegiado da bacia do Rio Grande;</p> <p>4.3.2. Incluir o Conjunto História/Cultura dos Municípios e Território nas atividades e matriz curricular das escolas;</p> <p>4.3.3. Criar 04 Eco-Museus no Território. (UFOB)</p>
4.4. Reconhecer as comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas para valorizar e conservar seus patrimônios culturais.		4.4.1 Reconhecer legalmente as comunidades quilombolas do território. (UNEB)
4.5. Consolidar e aprofundar o desenvolvimento territorial da Cultura, contemplando sua diversidade de expressões manifestadas, promovendo a economia da cultura como área estratégica de desenvolvimento.		<p>4.5.1. Apoiar técnica e financeiramente 02 eventos anuais de cultura pelo Governo da Bahia – SECULT (Consulta Territorial)</p> <p>4.5.2. Implantar 01 pontos de cultura por municípios do Território. (PPA 2012-2015)</p> <p>4.5.3. Promover anualmente o “Festival da Canção Territorial” com suas edições classificatórias em cada um dos 14 municípios do TBRG;</p> <p>4.5.4. Promover anualmente “Festival Anual de Cultural Territorial” itinerante em 08 municípios.</p>

Eixo 2. Desenvolvimento Ambiental /Gestão Ambiental e Recuperação do Meio Ambiente.

Objetivos	Estratégias	Metas
1.Gestão Ambiental e Recuperação do Meio Ambiente, para assegurar a conservação dos ecossistemas mesmo com crescimento da economia, e estabelecer, portanto, uma mediação das atividades econômicas com o meio ambiente territorial. Além do favorecimento à introdução de tecnologias ambientalmente compatíveis que reorientem as relações da atividade produtiva com o meio ambiente	1.1.Gestão Ambiental e Recuperação do Meio Ambiente - Gestão integrada de recursos hídricos – Prevenção e controle da poluição da água	<p>1.1.1. Implantar Programa de Monitoramento da qualidade das Águas dos rios e outros mananciais;</p> <p>1.1.2 Realizar no âmbito do Programa de Monitoramento das Águas testes de qualidade da água nos principais rios da bacia 03 vezes ao ano, para detecção de poluentes (agrotóxicos, poluição orgânica, efluentes industriais, esgotamento sanitário e fertilizantes)</p>
	1.2. Gestão integrada de recursos hídricos - Revitalização, conservação e recuperação dos lagos e rios, das matas ciliares e nascentes	<p>1.2.1 Recuperar no mínimo 50 (cinquenta) % das Matas Ciliares e APP's degradadas;</p> <p>1.2.2. Implementar programa de conservação de água e solo no território; (AEAB – Associação Engenheiros Agrônomos de Barreiras)</p> <p>1.2.3. Recuperar 100 (cem) % nascentes;</p>
	1.3. Gestão integrada de recursos hídricos – Proteção das zonas de carga e recarga do Aquífero Urucuia	<p>1.3.1. implementar pelo menos 01 projeto de pesquisa pelas universidades/Sema/Iniciativa privada para definição de parâmetros e zonas prioritárias para carga e recarga para proposta de manejo e recarga do aquífero Urucuia;</p> <p>1.3.2. Finalizar a montagem do sistema de monitoramento do aquífero executado pela CPRM/SEMA - Governo da Bahia.</p> <p>1.3.3. Implantar Programa Produtor de Águas com atendimento a pelo menos 1.400 (mil e quatrocentos)</p>

		agricultores.
	1.4. Reestruturação e fortalecimento da gestão ambiental – 1. Definição de instrumentos e mecanismos de gestão e controle do meio ambiente	<p>1.4.1. Fortalecer o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Grande com apoio institucional, técnico e financeiro; (PPA 2016-2019)</p> <p>1.4.2. Concluir o Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Grande (CBGH);</p> <p>1.4.3. Promover a cobrança sobre o uso das águas (consumo humano, indústria, agricultura e demais) CBHGrande/SEMA-INEMA</p>
	1.5. Reestruturação e fortalecimento da gestão ambiental - Implementação de normas e procedimentos operacionais de controle ambiental	<p>1.5.1 Revisar e promover mudanças na legislação de concessão de outorga para uso da água (CBHG-10 Envolvimento);</p>
	1.6. Regularização Ambiental dos recursos hídricos para produção agropecuária.	<p>1.6.1. Levantamento de todas as outorgas concedidas ou passíveis de dispensa; (Consulta Territorial)</p> <p>1.6.2. Verificar o uso correto (volume e época) das outorgas concedidas através da fiscalização; (Consulta Territorial)</p> <p>1.6.3. Regularização do uso da água através da emissão de 500 outorgas, técnica e legalmente passíveis de uso na Agricultura Familiar(Consulta Territorial)</p>
	1.7. Fiscalização ambiental	<p>1.7.1. Criar fiscalização ambiental territorial via consórcio CBHGrande – UMOB – Governo do Estado (Consulta Territorial).</p> <p>1.7.2. Implantar Companhia Independente da Policia de Proteção Ambiental /PM Bahia no território. (PPA 2016-2019);</p>
2. Assegurar o desenvolvimento ambiental para consolidar a sustentabilidade, preservação e biodiversidade.	2.1. Contribuir com a recuperação, preservação e a utilização do bioma cerrado de forma sustentável;	<p>2.1.1. Redução em 60 % no uso de queimadas como prática agrícola;</p> <p>2.1.2. Recuperação de 30 % das áreas degradadas;</p> <p>2.1.3. Reflorestamento de 800 hectares com plantas nativas do</p>

		cerrado, transição e da caatinga (Consulta Territorial)
	2.2. Garantir a preservação da biodiversidade territorial e inter-territorial;	<p>2.2.1. Construção de rampas de piracema nas barragens existentes e nas planejadas;</p> <p>2.2.2. Concretizar a Implantação de Corredor de fauna dos Biomas do Território.</p> <p>2.2.3. Reestabelecer a fiscalização da PIRACEMA nos principais rios da Bacia do Rio Grande.</p>
	2.3. Educação e Capacitação Ambiental para Sustentabilidade	<p>2.3.1. Ampliar em 200 (duzentos) % os recursos para projetos de “Educação ambiental e Sustentabilidade” na escola, oriundos das multas ambientais;</p> <p>2.3.2. Realizar, nos próximos 8 anos, 28 (vinte e oito) cursos de capacitação em educação ambiental e sustentabilidade de atores sociais, professores (urbanos e do Campo) com compromisso de multiplicação do conteúdo, em oficinas.</p>
	2.4. Recomposição florestal da vegetação nativa.	<p>2.4.1. Garantir o pleno funcionamento do Viveiro da UNEB/Campus IX - Barreiras para produção de mudas nativas para reflorestamento e recomposição de matas ciliares e APP's.</p>
	2.5. Fortalecer os sistemas estaduais e federais de meio ambiente e recursos hídricos	<p>2.5.1. Assegurar o pleno funcionamento de unidades regionais de meio ambiente e recursos hídricos SEMA INEMA (PPA 2016-2019)</p> <p>2.5.2. Assegurar o pleno funcionamento da unidade regional do IBAMA (custeio, equipamentos e funcionários)</p> <p>2.5.3. Promover a implantação e funcionamento de 01 (um) Centro de Triagem de Animais Silvestres – Cetas (PPA 2016-2019)</p>
	2.6. Promover a ampliação e restauração das áreas prioritárias e estratégicas	<p>2.6.1. Elaborar estudo para manejo de espécie de interesse socioeconômico e ambiental (PPA</p>

	para conservação e uso da biodiversidade e dos recursos hídricos	2016 – 2019)
		2.6.2. Ampliar as áreas de conservação com criação de 03 (três) áreas de preservação (APA's, RPPN's, Parque Estadual, Municipais, Reserva extrativistas e outras)

Eixo 3. Estrutura Fundiária e Acesso à Terra

Objetivos	Estratégias	Metas
1. Garantir o acesso a terra e aos recursos naturais	1.1. Desapropriar terras para fins de reforma agrária (PTDRS). 1.2. Promover a regularização fundiária das áreas dos agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais	1.1.1. Ampliar em 50 % o assentamento de famílias por meio de desapropriação para fins de reforma agrária (Consulta Territorial) 1.2.1. Emissão de 8.000 (oito mil) títulos de propriedade via consórcio territorial com ênfase na Agricultura Familiar; (Consulta Territorial / 5.621 títulos – PPA 2016-2019/ 2.379 títulos) 1.2.2. Realizar discriminatória das terras para identificar terras públicas e dirimir conflitos no território (Consulta Territorial); 1.2.3. Realizar a regularização fundiária urbana em 08 sedes de municípios do Território (CDA); 1.2.4. Regularizar 59 (cinquenta e nove) propriedades em áreas (comunidades) quilombolas, fundo e fecho de pasto, comunidades tradicionais (PPA 2016-2019 09 áreas). 1.2.5. Reconhecimento legal de 100 % das comunidades quilombolas do território.
	1.3. Adquirir terras pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário para assentamento de famílias, de forma complementar a reforma agrária (PTDRS).	1.3.1. Ampliação em 60 % a aquisição de Glebas pela mediação e financiamento do Poder Público (Plano Nacional de Crédito Fundiário) para assentamento de trabalhadores(as) sem terra e minifundiários. (PPA 2016-2019 - 02 Assentamentos e 06 vistorias e avaliação de imóveis rurais)
	1.4. Melhorar a infraestrutura social dos assentamentos de reforma agrária e do crédito fundiário (PTDRS)	1.4.1. Implantação das infraestruturas sociais básicas em 100% dos assentamentos de reforma agrária do território. (Escolas, atendimento de saúde, moradia, água para consumo humano, energia para consumo doméstico, comunicação, estradas, pontes, etc.).

	1.5. Melhorar a infraestrutura produtiva dos assentamentos de reforma agrária e do crédito fundiário (PTDS)	1.5.1. Implantação de infraestrutura produtiva em todos os assentamentos de reforma agrária criados a mais de 2 anos.
2. Reformular e dinamizar a Gestão Pública da Reforma Agrária	2.1. Descentralização dos órgãos responsáveis pela Reforma Agrária com autonomia.	2.1.1. Implantar escritório do INCRA no Território com autonomia administrativa e financeira dentro do SETAF BRG; (2 ^a Conferencia de Desenvolvimento Rural)
		2.1.2. Implantar escritório da CDA no Território com autonomia administrativa e financeira dentro do SETAF BRG ; (2 ^a Conferencia de Desenvolvimento Rural)
		2.1.3. Estabelecer maior rigor na seleção dos assentados; (2 ^a Conferencia de Desenvolvimento Rural)
		2.1.4. Fazer valer a proibição da venda ou transferência irregular dos lotes dos assentamentos; (2 ^a Conferencia de Desenvolvimento Rural)
		2.1.5. Realizar uma auditoria nos assentamentos com a finalidade de identificar os assentados e sua situação legal. (2 ^a Conferencia de Desenvolvimento Rural);
		2.1.6. Demarcar os perímetros e lotes dos assentamentos (Incr/PNCF-CDA). (2 ^a Conferencia de Desenvolvimento Rural)
		2.1.7. Promover a titulação de todos os lotes dos assentamentos de Reforma Agrária do Território;
3. Promover a autonomia das mulheres e da juventude rural por meio da garantia do acesso à terra	3.1. Promover o assentamento de jovens rurais;	3.1.1. Promover o assentamento de 300 jovens rurais oriundos das Escolas Famílias Agrícolas e do Curso Técnico Agropecuária e Agroecologia do CETEP Bacia do Rio Grande, através do Plano nacional de Crédito Fundiário –PNCF; (Consultor);
		3.1.2. Destinação de pelo menos 30% dos lotes dos novos projetos de reforma agrária ao assentamento de jovens rurais;
		3.1.3. Prospectar e promover o financiamento de 140 Projetos para Jovens comprovadamente de origem rural (Consulta Territorial);
	3.2. Reconhecimento do protagonismo da mulher produtora rural	3.2.1. Emissão de DAP's para todas as mulheres rurais do território (Consulta Territorial);
		3.2.2. Realizar estudo das comunidades tradicionais do território (cultura, origem, composição antropologia).

Eixo 4. Democratização e Melhoria da Gestão Pública – Formação e Organização Social

Objetivos	Estratégias	Metas
1. Melhorar a gestão pública, para o desenvolvimento territorial, com a modernização e reestruturação da máquina pública e capacitação dos servidores públicos, visando a melhoria da eficiência, da eficácia e da efetividade das ações governamentais e diminuindo o desperdício de recursos.	1.1. Fortalecimento da capacidade de gestão 1.2. Qualificação dos recursos humanos	1.1.1. Redução de 20 (vinte) % no número de cargos comissionados em todas as prefeituras do território em 4 (quatro) anos e 40 (quarenta) % em 8 (oito) anos; 1.1.2. Implantação/ampliação por parte de todas as prefeituras do “Portal da Transparência”, na WEB-internet em obediência a Lei de Responsabilidade Fiscal, visando a seriedade, transparência e honestidade na administração pública, dando publicidade às atividades, ações e gastos públicos. 1.1.3. Criar uma Secretaria especial com status de Vice Governadoria do TBRG.
		1.2.1. Proporcionar capacitação e qualificação adequadas de 50 (cinquenta) % (4anos) e 100 (cem) % (08 anos) dos servidores e agentes da gestão pública territorial, visando à eficiência, via Consórcio Municipal; 1.2.2. Propor e acompanhar aprovação de lei municipal que proíba a nomeação de servidores não concursados para cargos administrativos chaves evitando os políticos de desmontar a máquina pública, propiciando políticas de longo prazo.
2. Proporcionar o protagonismo dos atores locais na análise das estruturas de poder e das representações sociais nos espaços políticos dos territórios para compreender as relações entre políticas públicas, os projetos políticos vinculados e a governabilidade sócio territorial, na perspectiva da configuração de uma moderna esfera pública ampla e democrática e amplo controle social.	2.1. Realizar eventos que promovam e lastreiem o protagonismo dos cidadãos e cidadãs do território	2.1.1. Realizar 10 Conferências territoriais e estaduais nas áreas de juventude (urbana e rural) e direitos humanos nos próximos 04 anos; 2.1.2. Realizar 01 Conferência territorial e estadual na área dos direitos das pessoas com deficiência nos próximos 04 anos; 2.1.3. Realizar 01 Conferência territorial e estadual do sistema estadual de segurança alimentar e nutricional nos próximos 04 anos (PPA 2016-2019); 2.1.4. Realização Anual ou Bianual da Feira Territorial da Agricultura Familiar da Bacia do Rio Grande, itinerante nos municípios do território; 2.1.5. Realizar anualmente a Semana da Consciência Negra em todos os municípios do território da Bacia do Rio Grande – SECONGrande.
	2.2. Diminuir a influência do poder	2.2.1. Propor e perseguir aprovação de lei pelas câmaras municipais vetando a

	<p>executivo na indicação e nomeação dos membros dos diversos conselhos existentes, gestores escolares nos municípios.</p>	<p>participação do prefeito e secretários municipais como presidentes dos conselhos, assim como de parentes do chefe executivo municipal e vereadores, para membros dos conselhos existentes ou que vierem a ser criados. (Consulta Territorial);</p> <p>2.2.2. Promover a escolha dos gestores escolares municipais e estaduais via eleição. (Consulta Territorial/Câmara Técnica de Educação).</p>
	<p>2.3. Ampliar a capacidade da sociedade civil de exercer o controle social do poder público territorial.</p>	<p>2.3.1. Promover a criação de “Observatório Social” em todos os municípios e fortalecer o “OS” de Barreiras.</p>
<p>3. Ampliar e melhorar as capacidades e competências humanas e institucionais do território para promover desenvolvimento sustentável e solidário. (sugestão da consultoria de apoio na elaboração dos PTDS da Bahia)</p>	<p>3.1. Capacitar gestores, técnicos, conselheiros e lideranças que atuam nas áreas de juventude, gênero e direitos humanos no território da Bacia do Rio Grande.</p>	<p>3.1.1. Realizar eventos de capacitação nas áreas de juventude, gênero e direitos humanos, para 350 indivíduos nos próximos 4 anos;(PPA 2016-2019)</p> <p>3.1.2. Qualificar 1.150 (um mil cento e cinquenta) pessoas em direitos humanos através do Centro Estadual de Educação em Direitos Humanos (PPA 2016-2019);</p> <p>3.1.3. Realizar 02 encontros formativos para o uso do sistema de proteção para infância e adolescência dos conselhos tutelares no território ; (PPA 2016-2019)</p> <p>2.1.4. Realizar 08 cursos de Jurista Leigo para capacitar cidadãos(ãs) e membros de entidades e movimentos sociais, no conhecimento e defesa de seus diretos sociais e humanos nos próximos 08 anos, no âmbito do Direito; (Consultor – Consulta Territorial)</p> <p>2.1.4. Realizar 08 cursos de Mediadores de Conflitos para capacitar cidadãos(ãs) e membros de entidades e movimentos sociais, no conhecimento para defesa de diretos sociais e humanos nos próximos 08 anos, no âmbito do Direito; (Consulta Territorial)</p> <p>2.1.5. Realizar 4 eventos para qualificação de atores sociais públicos, institucionais e de redes territoriais; (PPA 2016-2019)</p> <p>2.1.6. Qualificar 100 (cem) % dos membros e todos conselhos municipais do território nos próximos 4 anos.</p> <p>2.1.7. Criar todos os conselhos legalmente previstos em 100% dos municípios;</p> <p>2.1.8. Capacitar 100 % dos membros dos</p>

		conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável do território nos próximos 4 anos.
		2.1.9. Realizar 02 (dois) encontros formativos para o uso do sistema de proteção para a infância e adolescência dos conselhos tutelares, nos territórios de identidade da Bahia (PPA 2016-2019)
		2.1.10. Realizar 10 Cursos via EAD para atuação cidadã para toda sociedade civil, sobre o funcionamento e controle social dos 03 (três) poderes (executivo, legislativo e judiciário). (Consulta Territorial)
3. Fortalecer a Política de Desenvolvimento Territorial	3.1. Consolidar a atuação do Colegiado Territorial;	3.1.1. Dotar o Colegiado Territorial de recursos físicos-financeiros para sua atuação (PPA 2016-2019); 3.1.2. Unir esforços para aprovar a proposta na qual o orçamento estadual tenha 1(um) % do montante dos gastos(custeio e investimento) determinados pelos Territórios (CET);
	3.2. Ampliar a atuação do Colegiado Territorial	3.2.1. Fortalecer as Câmaras Técnicas da Juventude, Mulher, Cadeias Produtivas, Meio Ambiente, e implantar Câmara Técnica de Saneamento Ambiental no Colegiado Territorial da Bacia do Rio Grande; 3.2.2. Acompanhamento e monitoramento participativo de pelo menos 10 políticas públicas de maior impacto para o desenvolvimento territorial. 3.2.3. Ampliação em 40 (quarenta) % do número de organizações sociais que participam com regularidade das instâncias territoriais de gestão de políticas públicas. 3.2.4. Implantação de um sistema de acompanhamento e monitoramento das ações territoriais; (qualitativa)
4. Ampliar os espaços, fóruns, conselhos e entidades no território como forma de promover a participação social responsável e solidária;	4.1. Promover a sinergia entre as representações dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do território.	4.1.1. Formar o Conselho dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR do Território da bacia do Rio Grande (Consultor)
	4.2. Promover a integração institucional dos municípios do Território da Bacia do Rio Grande	4.2.1. Fortalecer a UMOB - Associação dos Municípios do Oeste da Bahia;

	4.3. Promover a integração institucional dos secretários de agricultura dos municípios do Território da Bacia do Rio Grande	4.3.1. Revitalizar o Conselho de Secretários de Agricultura do Oeste da Bahia. (Consultor)
5. Aprimorar a qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão, com ênfase na desburocratização, na simplificação de processos e na impecsoalidade do atendimento.	5.1. Proporcionar acesso aos serviços da burocracia pública de forma rápida e eficiente.	5.1.1. Assegurar o funcionamento da unidade existente da rede do Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC em Barreiras; (PPA 2016-2019)
		5.1.2. Implantar mais 02 (duas) unidades da rede do Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC no território (Consulta Territorial);
		5.1.3 . Promover a simplificação e legalização do registro mercantil com a implantação do Sistema Integrador Estadual de Registro Mercantil no município de maior PIB no território. (PPA 2016-2019);
		5.1.4. Implantar 01 unidade do SINEBAHIA no Território (Consulta Territorial);
		5.1.5. Garantir o funcionamento das 03 (Três) unidades do SINEBAHIA no território (PPA 2016-2019);
		5.1.6. Criar Assessoria jurídica e contábil territorial para atender a Ong's, sindicatos, associações comunitárias urbanas, rurais e movimentos sociais via Universidades, UMOB e OAB

Eixo 5. Ampliação da Infra-Estrutura Social e Urbana – Serviços Públicos (Educação, Saúde, Segurança Pública, Direitos Humanos, Justiça, Saneamento Básico).

Objetivos	Estratégias	Metas
1. Ampliar e melhorar o acesso a Saúde como direito fundamental da Cidadania	1.1. Consolidar os serviços e as ações de Saúde na Atenção Básica (PPA 2016-2019)	1.1.1. Aumentar em 50 % o apoio técnico e financeiro na parceria do Estado com os municípios.
	1.2. Fortalecer a Atenção Básica efetivando a mudança do Modelo de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS	1.2.1. Construir 19 (dezenove) unidades de saúde para a Atenção Básica (unidades de saúde da família / unidades satélites); (PPA 2012-2015)
		1.2.2. Implantar a proposta de organização por “Módulos Assistenciais” formulada pela UMOB com as

		<p>Secretarias de Saúde do território, com os 05 (cinco) módulos formados por grupos de municípios (oferecendo ESF, UBS, ACS, S. BUCAL, SAMU, Hospital e Especialidades);</p> <p>1.2.3. Realizar Concurso Público para profissionais de saúde em atendimento a 100 % da demanda da saúde territorial; (Consulta Territorial)</p>
	<p>1.3. Ampliar a oferta de serviço de saúde de média e alta complexidade com leitos de UTI's (PPA 2016-2019)</p> <p>1.4. Ampliar e melhorar a oferta do SAMU – Serviço Móvel de Urgência.</p> <p>1.5. Fortalecer a Rede de Hematologia e hemoterapia do Estado da Bahia para atender a demanda do Sistema Único de Saúde - SUS-BA</p> <p>1.6. Ampliar o acesso da população das ações e serviços de saúde por meio das Redes de Atenção à Saúde especializada ambulatorial e hospitalar.</p> <p>1.7. Expandir, qualificar e humanizar a rede de urgência e emergência no Sistema Único de Saúde - SUS-Bahia</p> <p>1.8. Implantar e ampliar</p>	<p>1.3.1. Implantar 02 Policlínicas através de consórcio territorial (UMOB) (Consulta Territorial – 01 e PPA 2016-2019 – 01 Policlínica)</p> <p>1.4.1. Ampliação do SAMU 192 para 100 % dos municípios e renovação da frota existente. (Consulta Territorial /PPA's 2012-2015/2016-2019)</p> <p>1.5.1. Construir 01 (uma) unidade Hematológica e hemoterápica. (PPA 2016 – 2019)</p> <p>1.5.2. Aparelhar 01 Unidade Hematológica/ Hemoterápica</p> <p>1.6.1. Implantar Unidades de Assistência de Alta complexidade em Oncologia (UNACON); (Consulta Territorial – UMOB - PPA 2016-2019)</p> <p>1.6.2. Implantar Unidades de Assistência de Alta complexidade em Cardiologia (UNACOR) (Consulta Territorial)</p> <p>1.6.3. Construir e equipar o Hospital Territorial da Criança; (Escuta do PPA 2016-2019);</p> <p>1.6.4. Implantar o Hospital das Clínicas vinculado à UMOB (Escuta do PPA 2016 – 2019)</p> <p>1.6.5. Construir e equipar o Hospital Regional de Luis Eduardo Magalhães; (Escuta do PPA 2016 – 2019)</p> <p>1.6.6. Ampliar o Hospital do Oeste.</p> <p>1.7.1. Implantar dispositivos da política de humanização em 02 unidades rede própria estadual (PPA 2012-2015)</p> <p>1.8.1. Universalizar os Centros de</p>

	políticas públicas para usuários de drogas	Atenção Psicossocial com implantação em 100% dos municípios, avaliando a legalidade frente à legislação federal; 1.8.2. Construir 01 (um) Centro de reabilitação e recuperação de usuários de Drogas (CAPSAD) dotado de profissionais capacitados
	1.9. Fortalecer o controle social em saúde, com gestão democrática e participativa e ampliação dos canais de diálogo com a sociedade, para a consolidação do Sistema Único de Saúde - SUS-Bahia	1.9.1. Aprimorar a existência ouvidoria nas unidade da rede própria de Saúde (NRS 11); (PPA 2012-2015) 1.9.2. Implementar o MobilizaSUS em 100 % dos municípios (PPA 2012-2015).
	1.10. Realizar combate a Zoonoses.	1.10.1. Instalar 01 (um) Centro Territorial de Zoonoses via consórcio municipal – UMOB (Consultor)
	1.11. Melhorar as estruturas físicas de gestão pública de saúde.	1.11.1. Reformar a sede do Núcleo Regional de Saúde – NRS 11 em Barreiras;
		1.12.1. Ampliar em 100 (cem) % serviço móvel, unidades físicas do CEPROESTE e suas equipes especializadas;
		1.13.1. Ampliar em 100 % a cobertura dos PFS e PACS (Agentes de Saúde)
	2.1. Ampliar a oferta de professores da educação básica e profissional.	2.1.1. Realizar concurso para professores da educação básica, núcleo técnico da educação técnica profissional de nível médio e profissionais especializados para educação do campo, nos próximos 4 anos. (Consulta Territorial – Devolutiva Territorial - CONATER)
	2.2. Promover a Formação inicial e continuada dos professores e profissionais da educação;	2.2.1. Realizar 331 cursos e eventos nos próximos 4 anos; (PPA 2016-2019 – 331 formações/Consulta Territorial 08 anos – 800 formações) (Consórcio UMOB-UFOB – UNEB – FASB – NRE 11)
	2.3. Fortalecimento da educação técnica profissional de nível médio	2.3.1 Assegurar o funcionamento regular das unidades de educação profissional e suas atividades curriculares com verbas necessárias e suficientes. (PPA 2016-2019) 2.3.2. Expandir IFBA – Instituto Federal de Educação e Tecnologia da Bahia, com a implantação de 02 Núcleos Avançados; (Consulta Territorial)
	2.4. Monitorar a evolução dos índices de avaliação e desempenho do ensino nos municípios e território da BRG.	2.4.1. Alcançar os índices do IDEB estabelecidos pela SEC/MEC nas séries iniciais e finais da educação básica nos municípios do território; (Consulta Territorial)

		<p>2.4.2. Diminuir as taxas de evasão escolar em 50% nos próximos 4 anos e em 80% nos 4 anos subsequentes; (Consulta Territorial)</p> <p>2.4.3. Baixar o índice de analfabetismo no território, dos atuais 25,8 % para 18,8 % nos próximos 8 anos; (Consultor – Consulta Territorial)</p>
	2.5. Baixar os índices de analfabetismo dos municípios e consequentemente do território.	<p>2.5.1. Alfabetizar 34.080 pessoas no horizonte de 8 anos. Em média 375 pessoas por mês em cada um dos 14 municípios do território; (Consulta Territorial - PPA 2016-2019)</p> <p>2.5.2. Ampliar em 200 (duzentos) % o PROEJA RURAL</p>
	2.6. Atender as demandas da educação no campo e para o campo	<p>2.6.1. Garantir através de convênios e repasses os recursos para o funcionamento da Escola Família Agrícola de Angical; (PPA 2016-2019)</p> <p>2.6.2. Ampliar para 04 (quatro) o numero de EFA's no território;(Consulta Territorial)</p> <p>2.6.3. Adquirir pelo menos 01 (um) ônibus escolar e 01 (um) veículo multiutilitário para cada uma das EFA's; (Consulta Territorial)</p> <p>2.6.4. Dotar de quadras poliesportivas todas as EFA's; (Consulta Territorial)</p> <p>2.6.5. Adquirir conjunto de máquinas e equipamentos agrícolas para todas as EFA's; (Consulta Territorial)</p>
	2.7. Contribuir para elevação do índice de aprovação e redução do índice de abandono na educação básica na rede estadual de ensino.	<p>2.7.1. Realizar em 17 (dezessete) unidades escolares, o Programa Ciências na Escola para áreas de ciências humanas e da natureza no ensino fundamental e médio; (PPA 2016-2019);</p> <p>2.7.2. Realizar em 17 (dezessete) unidades escolares, o Programa Gestar na Escola no ensino fundamental e médio; (PPA 2016-2019);</p> <p>2.7.3. Realizar 21 (vinte e um) cursos de Educação de Jovens e Adultos no ensino básico; (PPA 2016-2019);</p>
	2.8. Prover infraestrutura e suprimentos adequados para rede escolar estadual	<p>2.8.1. Assegurar o funcionamento regular de 95 unidades escolares e prédios administrativos da rede pública estadual (PPA 2016-2019)</p> <p>2.8.2. Ampliar 08 (oito) unidades escolares de educação básica no território. (PPA 2016-2019);</p> <p>2.8.3. Construir 02 (duas) unidades</p>

	<p>escolares de educação básica no território. (PPA 2016-2019);</p> <p>2.8.4. Distribuir de 179.227 (cento setenta e nove mil duzentos e vinte e sete) uniformes para estudantes da educação básica na rede estadual no território. (PPA 2016-2019);</p> <p>2.8.5. Oferecer alimentação saudável (segundo os parâmetros do Ministério da Saúde) nas unidades escolares da rede estadual (PPA 2016-2019) AGRIFAM – PNAE – PAA</p> <p>2.8.6. Dotar 02 (duas) biblioteca da rede estadual de ensino, de infraestrutura física adequada no território. (PPA 2016-2019);</p> <p>2.8.7. Criar Biblioteca Móvel para ação itinerante no território;</p> <p>2.8.8. Melhorar a estrutura física de 12 (doze) unidades escolares de educação básica no território. (PPA 2016-2019);</p> <p>2.8.9. Melhorar a estrutura física de 07 (sete) unidades escolares para educação integral no território. (PPA 2016-2019);</p> <p>2.8.10. Ofertar transporte escolar para os estudantes da educação básica da rede estadual nos 14 municípios do território. (PPA 2016-2019);</p> <p>2.8.11. Criar 03 cursos pré-vestibulares para alunos carentes da rede pública de ensino no território. (Consulta Territorial);</p> <p>2.8.12. Implantar estações retransmissoras da TV Educativa – TVE em 100% dos municípios, e o sinal digital nos já servidos com estações (Consulta territorial – PPA 2016-2019);</p> <p>2.8.13. Adequar 01 (uma) escola para educação integral localizada em área de base comunitária de segurança em municípios com maiores índices de crimes violentos letais intencionais (PPA 2016-2019)</p> <p>2.8.14. Implantar 01 espaço de leitura no Ponto de Cidadania das Bases Comunitárias de Segurança do Bairro da Santa Luzia (PPA 2016 – 2019);</p> <p>2.8.15. Implantar o Colégio Militar em Barreiras. (Comissão Voluntária de</p>
--	---

	<p>2.9. Promover a modernização e ampliação da infraestrutura das universidades estadual e Federal, observando parâmetros técnicos</p>	<p>Segurança e Paz Barreiras – CONSEG Barreiras I e II);</p> <p>2.8.15. Implantar a cobertura da quadra esportiva do CETEP Bacia do Rio Grande; (Consulta Territorial)</p> <p>2.8.16. Retomar a construção dos 03 (três) prédios de laboratórios do CETEP Bacia do Rio Grande. (Consulta Territorial)</p> <p>2.9.1. Ampliar 01 unidade universitária estadual; (PPA 2016-2019)</p> <p>2.9.2. Construir 02 (dois) espaços em unidades universitárias estaduais; (PPA 2016-2019)</p> <p>2.9.3. Equipar 01 (uma) unidade universitária estadual; (PPA 2016-2019)</p> <p>2.9.4. Recuperar 01 unidade universitária. Estadual (PPA 2016-2019) ;</p> <p>2.9.5. Garantir a implantação total da UFOB de acordo com suas diretrizes acadêmicas e cronogramas físico-financeiros;</p> <p>2.9.6. Expandir em 100 % o corpo discente (alunos) atual da UFOB no Território da Bacia do Rio Grande;</p> <p>2.9.7. Expandir os cursos de pós-graduação (mestrado) em 100 % e criar curso de Doutorado nos próximos 5 anos.</p> <p>2.9.8. Implantar 04 Polos da Universidade Aberta do Brasil via UFOB – UNEB – IFBA</p>
	<p>2.10. Implementar políticas de educação no campo, educação ambiental e atendimento à diversidade, nas unidades escolares da educação básica na rede estadual</p>	<p>2.10.1. Implementar, em 02 (dois) espaços escolares indígenas do território, a política da educação escolar indígena (PPA 2016-2019)</p>

3. Justiça e Direitos Humanos	3.1.Poder Judiciário – Justiça – Celeridade – Eficiência.	<p>3.1.1. Ampliar em 50 % dos quadros funcionais da magistratura e servidores, realizando concurso público para as carreiras e nomeação para as comarcas dos municípios da Bacia do Rio Grande.</p> <p>3.1.2. Reativar a Câmara do Oeste (OAB);</p> <p>3.1.3. Aumentar a eficiência do Poder Judiciário aumentando em 20 % de processos julgados entre 2016 – 2019 em 40 % entre 2020 – 2023;</p> <p>3.1.4. Criar e instalar as Varas de Família, Júri e Infância/adolescência em todas as comarcas com todos os requisitos operacionais , equipes multiprofissionais e conciliadores.</p>
	3.2. Proporcionar Defesa dos Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	<p>3.2.1. Ampliar em 50 % os quadros funcionais do Ministério Público, Promotores e servidores, realizando concurso público para as carreiras e nomeação para as comarcas dos municípios da Bacia do Rio Grande.</p> <p>3.2.2. Ampliar a Defensoria Pública com a implantação em 05 municípios e contratação por concurso de 10 Defensores.</p>
	4. Ação Social	4.1. Assistência Social
		<p>4.1.1. Garantir o funcionamento pleno dos CRAS nos 14 municípios do território com 100 % profissionais concursados.</p> <p>4.1.2. Articular os entes federativos e a sociedade civil para a elaboração, implementação e monitoramento de políticas públicas voltadas às populações vulneráveis nas áreas críticas e ou prioritárias (PPA 2016-2019)</p>
		<p>4.1.3. Capacitar 100 % gestores, técnicos, conselheiros e lideranças que atuam nas áreas de juventude e direitos humanos nos territórios de identidade</p>

	<p>4.1.4. Qualificar 56 pessoas em direitos humanos através do centro estadual de educação em direitos humanos (PPA 2016-2019)</p> <p>4.1.5. Qualificar profissionalmente 20 pessoas residentes em áreas de Base Comunitária de Segurança nos municípios com maiores índices de crimes violentos letais intencionais(PPA 2016-2019);</p> <p>4.1.6. Apoiar financeiramente os municípios com cofinanciamento dos serviços de proteção social especial de alta complexidade(PPA 2016-2019);</p> <p>4.1.7. Apoiar financeiramente os municípios com cofinanciamento dos serviços de proteção social especial de média complexidade. (PPA 2016-2019);</p> <p>4.1.8. Atender pessoas com serviços complementares de proteção básica e especial. (PPA 2016-2019);</p> <p>4.1.9. Prestar assistência técnica a municípios que desenvolvam ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI</p> <p>4.1.10. Conceder Passe Livre Intermunicipal a pessoas com deficiência comprovadamente carentes contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e inclusão social.</p> <p>4.1.11. Distribuir material educativo sobre alimentação adequada e saudável e políticas de segurança alimentar e nutricional no Estado</p> <p>4.1.12. Realizar ações nos municípios do Território da Bacia do Rio Grande para o fortalecimento do Plano Juventude Viva de modo a promover o enfrentamento à violência contra juventude.</p>
--	--

	<p>4.1.13. Ampliar a oferta de vagas para Medidas Socioeducativas de semiliberdade nos territórios de identidade (PPA 2016-2019)</p> <p>4.1.14. Oferta de vagas de internação e internação provisória, através da construção de 02 unidades de atendimento socioeducativo (Comissão Voluntária de Segurança e Paz Barreiras – CONSEG Barreiras) ;</p> <p>4.1.15. Criar unidades da Fundação da Criança e do Adolescente – FUNDAC Atender adolescentes em cumprimento de medidas restritivas de liberdade nas instituições de apoio e Unidades de Internação do Território. (PPA 2016-2019)</p> <p>4.1.16. Assistir 100% das crianças e adolescentes vítimas de abuso e violência sexual nos municípios com maior incidência de tais crimes nos municípios sem CREAS, através de equipes técnicas de proteção social especial; (PPA 2016-2019)</p> <p>4.1.17. Implantar 01 Núcleo de Direitos Humanos e Justiça Comunitária em áreas de Base Comunitária de Segurança(PPA 2016-2019);</p> <p>4.1.18. Atender usuários de substâncias psicoativas e suas famílias, nos municípios com maiores índices de crimes violentos letais intencionais no território (PPA 2016-2019 – Consulta Territorial)</p> <p>4.1.19. Qualificar todos profissionais da rede de apoio para o campo do álcool, crack e outras drogas, nos municípios com maiores índices de crimes violentos letais intencionais da Bahia (PPA 2016-2019)</p>
--	---

		<p>4.1.20. Implementar 06 núcleos de formação em música orquestral e canto coral de crianças, adolescentes e jovens, em situação de vulnerabilidade nas áreas prioritárias(PPA 2016-2019);</p> <p>4.1.21. Qualificar os equipamentos da assistência social nas áreas prioritárias(PPA 2016-2019);</p> <p>4.1.22. Realizar 10 ações itinerantes abrangendo os diversos segmentos dos direitos humanos nos municípios prioritários(PPA 2016-2019).</p>
5. Esporte e Lazer		<p>5.1. Dotar todas as sedes dos municípios com pelo menos 02 (dois) Ginásios de Esportes;</p> <p>5.2. Dotar 50 % comunidades rurais dos 14 municípios com espaços multiutilitários de esporte e lazer (Quadras poliesportivas e Concha acústica);</p> <p>5.3. Implementar núcleos de iniciação esportiva, lazer e inclusão social no entorno das bases comunitárias de segurança e nos municípios prioritários;</p> <p>5.4. Implementar Programa de iniciação esportiva em todos os municípios do Território;</p> <p>5.5. Reformar equipamentos esportivos no entorno das bases comunitárias de segurança nos municípios prioritários;</p> <p>5.6. Construir 05 quadras poliesportivas na zona rural de cada um dos 14 municípios do TBRG; (Consulta Territorial);</p> <p>5.7. Realizar os “Jogos Esportivos da Juventude Territorial” com suas subdivisões nos 14 municípios do TBRG;</p>
6. Segurança Pública		6.1. Apoiar tecnicamente a modernização

	da base de dados geoespaciais da segurança pública nos municípios com mais de 100 mil habitantes - Barreiras (PPA 2016-2019)
	6.2. Dotar 02 (duas) Unidades de Segurança Pública com o Sistema Integrado de Gestão da Informação Policial – SIGIP (PPA 2016-2019)
	6.3.Implantar em 02 (dois) municípios infraestrutura de telecomunicação digital para adequação à legislação da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL (PPA 2016-2019)
	6.4. Prover 09 (nove) unidades da Policia Civil com infraestrutura de tecnologia da informação para coleta de dados estatísticos (PPA 2016-2019)
	6.5. Prover 05 (cinco) unidades de Polícia Militar com infraestrutura de tecnologia da informação (PPA 2016-2019)
	6.6. Expandir em número de 01 (uma) unidade da rede física do Sistema Estadual de Segurança Pública (PPA 2016-2019)
	6.7. Requalificar cinco (05) unidades da rede física do Sistema Estadual de Segurança Pública (PPA 2016-2019)
	6.8. Implantar o CICOM – Centro Integrado de Comunicação de Segurança Pública e Defesa Civil; (Comissão Voluntária de Segurança e Paz Barreiras – CONSEG Barreiras) ;
	6.9. Construir duas Bases Comunitárias de Segurança Pública – Barreiras e Luís Eduardo Magalhães;
	6.10. Reforma do 10 BEIC – Batalhão Escola em Barreiras
	6.11. Implantar o Grupamento Aéreo –

	<p>GRAER do Oeste da Bahia</p> <p>6.12. Implantar Sistema de Video Monitoramento em Barreiras e mais 05 municípios</p> <p>6.13. Colocar em funcionamento o Presidio – Centro de Detenção Provisória em Barreiras (Comissão Voluntária de Segurança e Paz Barreiras – CONSEG Barreiras) ;</p> <p>6.14. Criar no Grupamento do Oeste de Bombeiros o Sub-Grupamento do Oeste em Luís Eduardo Magalhães;</p> <p>6.15. Conexão acima de 25 Mbps no complexo policial da Corpin (PPA 2016-2019);</p> <p>6.16. Dotar todas as Companhias Independentes da Policia Militar do Território de sedes, efetivo, veículos ,armamentos e equipamentos. (Comissão Voluntária de Segurança e Paz Barreiras – CONSEG Barreiras) ;</p> <p>6.16. Criar Conselho Comunitária de Segurança Pública em todos os 14 municípios do Território BRG.</p>
--	--

Eixo 6. Ampliação da Infra-estrutura Econômica e Logística

Objetivos	Estratégias	Metas
1. Promover a integração inter/intra territorial, com Estados e União.	<p>1.1. Ampliar, restaurar e manter as rodovias de âmbito estadual (BA's) e federal (BR's)</p>	<p>1.1.1. Construir os trechos de rodovias:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Implantação do trecho da BR-020 entre Barreiras e a divisa com o Piauí, atendendo as localidades de Santa Rita, Mansidão, Buritirama e Campo Alegre de Lourdes; - Conclusão da BR-135, trecho São Desidério / Correntina e Implantação do Trecho Correntina/Jaborandi/Coribe; - Pavimentação do trecho rodoviário Buritirama/Mansidão/Santa Rita de Cássia; - Implantação e pavimentação da rodovia BA-458, ligando o anel da soja a região produtora da Vila Panambi; - Construção da terceira faixa de subida na BR-242 sentido LEM; - Recuperação da BA-459 - Recuperação BA-460 Anel da soja; - Pavimentar estrada Wanderley – Goiabeira <p>1.1.2. Construção de Pontes para abertura e ampliação de fluxos rodoviários:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ponte sobre o Rio Grande Angical – São José;

	<ul style="list-style-type: none"> - Ponte sobre o Rio Grande Cotelipe – Tagua – Jupagua; - Ponte sobre o Rio São Francisco Barra – Xique-Xique
	1.1.3. Recuperar 146 pontes e pontilhões; (PPA 2016-2019)
	1.1.4. Criação de programa de manutenção preventiva e corretiva da malha viária com participação financeira ativa dos usuários; (Consulta Territorial – 2 ^a Conferencia de Desenvolvimento Rural Sustentável)
	1.1.5. Implantação de consórcio rodoviário – UMOB, visando a manutenção preventiva e corretiva e ampliação da malha viária vicinal;
	1.1.5. Conservar 295 km de rodovias estaduais no território em 04 anos; (PPA 2016-2019)
	1.1.6. Restaurar 405 km de rodovias estaduais no território em 04 anos (PPA 2016-2019).
	1.1.8. Suprimir 103 (cento e três) pontos críticos em estradas vicinais do território. (PPA 2016-2019)
1.2. Melhoria dos Serviços Rodoviários de Passageiros	<p>1.2.1. Regularização dos serviços de transporte de passageiros por Cooperativas de Transportes e ampliação de 100 % das linhas exploradas na atualidade (micro-ônibus e Vans);</p> <p>1.2.2. Construção de terminais rodoviários em 100 % dos municípios através de PPP's (Parcerias Público Privadas);</p> <p>1.2.3. Aumentar a concorrência entre empresas com a quebra de monopólios e oligopólios com introdução de novas empresas e ampliação das Cooperativas de Transporte Alternativo (Proposta qualitativa).</p> <p>1.2.4. Aplicação do Plano Diretor do Sistema de Transportes Rodoviário Intermunicipal de Passageiros - PDSTRIP com o objetivo de atualização do serviço de transportes existente , garantindo aos seus usuários</p>

		<p>acessibilidade, segurança, conforto, rapidez e modicidade tarifária. (Agerba)</p> <p>1.2.5. Estruturar e disponibilizar um banco de dados contendo todas as informações do sistema rodoviário territorial e estadual de passageiros, o que possibilitará uma gestão mais eficiente. (Plano Diretor do Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros)</p>
	<p>1.3. Garantir o Transporte Aéreo no Território da Bacia do Rio Grande.</p> <p>1.4. Implantar e desenvolver o transporte ferroviário</p>	<p>1.3.1. Ampliar o Aeroporto Regional de Barreiras para transporte de passageiros – Priorizado pelo Governo Federal. (Consulta Territorial – PPA 2012 – 2015, PPA 2016 – 2019);</p> <p>1.3.2. Homologar o funcionamento do Aeroporto de Luis Eduardo Magalhães para transporte de cargas.</p> <p>1.3.3. Apoio ao Aeroporto da ABA – Cidade de Barreiras;</p> <p>1.3.4. Ampliar em 300 (trezentos) % numero voos oferecidos pelas de Cia Aéreas.</p> <p>1.4.1. Concluir integralmente a FIOL – Ferrovia de Integração Oeste- Leste</p>
2. Proporcionar o acesso a energia elétrica no Território para fins domésticos e de produção e buscar inovar as fontes;	2.1. Levar energia, ampliar a capacidade e diversificar as fontes em potencial.	<p>2.1.1. Universalizar o acesso da Energia Elétrica no território; (Consulta Territorial – PPA 2016-2019)</p> <p>2.1.2. Proporcionar eletrificação trifásica nas áreas rurais com carga trifásica para garantir atividades de produção agropecuária (2^a Conferencia de Desenvolvimento Rural Consulta Territorial – PPA 2016-2019)</p> <p>2.1.3. Instalar 01 Parque Eólico no território.(Consulta Territorial)</p> <p>2.1.4. Instalar 03 Parques de Energia Solar no Território.</p> <p>2.1.5. Construir linhas de transmissão, distribuição e subestações de energia:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Em Formosa do Rio Preto obras para construção da Subestação São Marcelo - Linha de alta tensão 138 kV Rio Branco/São Marcelo - Linha de média tensão 34,5 kV

		<p>São Marcelo</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nova entrada de linha 138 kV Rio Branco – São Marcelo - Implantação novo reator na Subestação Rio Branco, equipamento que proporcionará maior qualidade nos níveis de tensão para as cargas atendidas, - Luis Eduardo Magalhães, concluir as construções das subestações Mundo Verde e São Desidério - Linha de média tensão Mundo Verde. - Construção a terceira entrada de linha 34,5 kV na Subestação Roda Velha - Implantação de novo reator na Subestação Rio Grande. - Obras de construção da entrada de linha 138 kV na Subestação Rio das Pedras. - Na região de Pratudão, construção da Subestação Rio Itaguari - Linha de alta tensão Rio Formoso/Rio Itaguari. - Linha de média tensão Itaguari, - Subestação Pratudão - Linha de média tensão Pratudão.
3. Ampliar a infraestrutura hídrica para oferta de água com qualidade e quantidade suficiente visando	3.1. Ampliar a oferta de água e/ou implantar os sistemas abastecimento de água em sedes municipais e comunidades rurais.	<p>3.1.1. Ampliar o abastecimento de agua em 100 % das sedes municipais;</p> <p>3.1.2. Angical - Mudança do ponto de captação com ampliação de 20% da vazão de água bruta.</p>

<p>principalmente a universalização do abastecimento humano</p>	<p>3.1.3. Atender com água Tratada os Povoados de Missões do Aricobé, Brejo das Missões e Aricobé.</p> <p>3.1.4. Barreiras – Ampliar em 2017, 50% a capacidade de produção da ETA Barreiras.</p> <p>3.1.5. Atendimento com agua tratada da Localidade de São José do CTI em Barreiras.</p> <p>3.1.6. São Desidério - Atendimento da Localidade da Palmeira.</p> <p>3.1.7. Formosa do Rio Preto - Aumento de 25% da capacidade de produção do Sistema.</p> <p>3.1.8. Atendimento do Bairro Chapadão e Araçás, Atendimento do Povoado do Arroz.</p> <p>3.1.9. Luís Eduardo Magalhães - Perfuração de mais um Poço e Ampliação do Sistema.</p> <p>3.1.10. Cotelândia - Construção de Sistema Integrado de Abastecimento Jupaguaí/Cristópolis</p> <p>3.1.11. Atendimento do Povoado da Reforma de São Francisco- Cotelândia.</p> <p>3.1.12. Cristópolis - Atendimento pelo Sistema Integrado de Abastecimento de Água Jupaguaí/Cristópolis a Cidade de Cristópolis</p> <p>3.1.13. Atendimento do Povoado de Cantinho de Cristópolis.</p>
<p>3.2. Implantar sistemas simplificados de abastecimento de água em comunidades rurais.</p>	<p>3.2.1. Implantar 20 sistemas nos próximos 04 anos (PPA 2016-2019);</p> <p>3.2.2. Implantar 29 estruturas hídricas em escolas rurais (PPA 2016-2019);</p>
<p>3.3. Implantar sistemas convencionais de abastecimento de água em comunidades rurais.</p>	<p>3.3.1. Implantar 13 unidades de sistemas convencionais nos próximos 4 anos (PPA 2016-2019)</p>

	3.4. Uso de tecnologias alternativas no acesso a agua para consumo.	3.4.1. Implantação de 4.500 cisternas domiciliares de placas ou plástica. (Consulta Territorial)
	3.5. Oferecer água subterrânea para consumo de comunidades sem mananciais ou mananciais poluídos.	3.5.1. Perfurar e instalar poços artesianos no território no ritmo de 140 ao ano;
4. Ampliar a rede de tele-comunicações e Banda-larga para o desenvolvimento sócio – econômico.	4.1. Universalizar as comunicações com telefonia fixa, móvel e serviço de internet via Banda-Larga	4.1.1. Levar o serviço a todas as sedes e comunidades dos Municípios do território nos próximos 8 anos (Consulta Territorial); 4.1.2. Levar o serviço a 100 comunidades dos diversos municípios do território nos próximos 4 anos (Consulta Territorial); 4.1.3. Incluir o Território da Bacia do Rio Grande no Programa Cidade Digital (PPA 2016-2019); 4.1.4. Disponibilizar acessos de internet banda-larga acima de 25 Mbps em 16 unidades públicas nos próximos 4 anos (PPA 2016-2019).
5. Tecnologia para desenvolvimento sócio-econômico.	5.1. Proporcionar o desenvolvimento tecnológico endógeno do território.	5.1.1. Implantar 01 (uma) Parque tecnológico (Sebrae – Aiba – SPRBarreiras)
6. Ampliar a infraestrutura do Saneamento Ambiental para garantir sustentabilidade, saúde, oferta de água, com qualidade e quantidade, visando principalmente a qualidade de vida da população.	6.1. Elaboração de “Plano Municipal de Saneamento Básico” , nos municípios do Território da Bacia do Rio Grande.	6.1.1. Elaborar 8(oito) planos municipais de saneamento básico (Consulta Territorial 08 planos / PPA 2016-2019 02 planos);
	6.2. Implantar, ampliar e restaurar rede esgotamento sanitário e sistema de tratamento de esgotos nas sedes dos municípios.	6.2.1. Elaborar estudos e projetos para obras de esgotamento sanitário e sistema de tratamento de esgotos em ; (Consulta Territorial) (PPA 2016-2019 previstos apenas 02) 6.2.2. Construir rede esgotamento sanitário e sistema de tratamento de esgotos em todos os municípios; (Consulta Territorial) (PPA 2016-2019 previstos apenas 02)
	6.3. Implantar aterros sanitários para resíduos	6.2.3. Ampliar, restaurar e qualificar rede esgotamento sanitário e sistema de tratamento de esgotos nos municípios já implantados. (Consulta Territorial) (PPA 2016-2019 previstos apenas 02) 6.3.1. Construção de 03 aterros sanitários territoriais via consórcio

	<p>sólidos no território via consórcio.</p>	<p>municipal em locais definidos pelas interseções da viabilidade técnica, ambiental e econômica dos municípios;</p> <p>6.3.2. Implantar 03 usinas de compostagem de reciclagem de resíduos orgânicos para uso na adubação orgânica especialmente na agricultura familiar;</p> <p>6.3.3. três (03) centros de triagem de resíduos sólidos recicláveis e reutilizáveis nos aterros sanitários planejados via consórcio.</p>
	<p>6.4. Combate a criações animais como foco de poluição ambiental e proliferação de zoonoses</p>	<p>6.4.1. Erradicação de criações de animais potencialmente poluidoras e proliferadoras de patogenias/zoonoses nos perímetros urbanos, margens de corpos d'água, equipamentos públicos coletivos (escolas, pontos de saúde, praças, etc.)</p>

5. Gestão do Desenvolvimento – Estratégia, Acompanhamento e Monitoramento.

5.1. Gestão do PTDS BRG

5.1.1. Responsabilidade

Será responsabilidade do Colegiado Territorial, a gestão executiva e social do Plano e consistirá em uma das suas principais atribuições na política de desenvolvimento territorial. A execução operacional terá inicio logo após a aprovação do PTDS. Cabendo, também, ao Colegiado o monitoramento e avaliação das ações a serem realizadas.

5.1.2. Estratégia

A implantação dos PTDS do Território da Bacia do Rio Grande ocorrerá mediante a elaboração e execução de Agendas Territoriais de Desenvolvimento. Nelas, as estratégias e metas do Plano serão transformadas em ações operacionais a serem executadas pelo Colegiado diretamente através de suas instâncias administrativas (Núcleo Diretivo e Núcleo Técnico) e suas instâncias auxiliares (Câmaras Técnicas, Comissões Setoriais, Grupos de Trabalho e Comissões Especiais) ou, sob a sua supervisão, por redes, fóruns e entidades parceiras existentes no território.

A Construção das Agendas de Desenvolvimento Territorial também será realizada de modo participativo, pelos representantes do Colegiado com apoio de assessores técnicos, para períodos bianuais, com avaliação a cada ano.

É indicado ao Colegiado Territorial elaborar uma agenda para cada um dos eixos de desenvolvimento do PTDS, conforme definido na Matriz de Planejamento:

1. Desenvolvimento Econômico - Diversificação e Adensamento das Cadeias Produtivas com Inclusão Socioprodutiva.
2. Desenvolvimento Ambiental /Gestão Ambiental e Recuperação do Meio Ambiente.
3. Estrutura Fundiária e Acesso à Terra
4. Democratização e Melhoria da Gestão Pública – Formação e Organização Social
5. Ampliação da Infra-Estrutura Social e Urbana – Serviços Públicos
6. Ampliação da Infra-estrutura Econômica e Logística

As agendas conterão programas, projetos, ações e iniciativas, sem retirar delas a possibilidade de integração de suas dimensões, que é um dos resultados almejados na execução do Plano.

Importantíssimo que nas agendas estejam definidas as responsabilidades, os prazos, os recursos, os instrumentos de controle social e arranjos institucionais para garantir execução com interação sinérgica.

5.2. Acompanhamento e Monitoramento do PTDS

A etapa de acompanhamento e monitoramento do plano é procedimento natural e essencial para acompanhar e avaliar resultados, comparando aquilo que foi planejado com o que foi efetivamente executado, permitindo adequações e correções necessárias ao longo da vigência do PTDS BRG.

O acompanhamento e monitoramento do PTDS, promoverá o fortalecimento da responsabilidade social dos protagonistas do território, e obter como efeito colateral, uma maior apropriação desse fundamental instrumento de gestão social.

O monitoramento do Plano promoverá a construção social de indicadores que devem estar contemplados tanto no processo como nos resultados e impactos que poderão incidir na organização sistêmica do estado da Bahia, do território do Rio Grande e na sua sustentabilidade.

O monitoramento do PTDS é um processo permanente e mais amplo que o mero acompanhamento da execução. Busca-se, com isso, na implantação do Plano, a identificação de eventuais lacunas na execução, contribuindo ferramentalmente para a adoção de medidas corretivas para ajuste das atividades planejadas.

Portanto, os indicadores são parâmetros qualificados ou quantificados que servem para detalhar em que medida os objetivos foram alcançados, dentro de um prazo delimitado de tempo no território.

É importante ressaltar que a Estratégia de Gestão, Acompanhamento e Monitoramento se caracteriza por dois processos simultâneos e inter-relacionados, um interno e outro externo:

O processo interno consiste, principalmente, na intensidade de responsabilidade social (capacidade de pontuação) que o Colegiado Territorial se atribui ao assumir a gestão, orientando-se no sentido da materialização dos objetivos, metas, responsáveis e resultados e também no contínuo processo de qualificação dessa Estratégia;

O processo externo consiste na competência social (assumida e desenvolvida) do Colegiado Territorial buscando a maior governança nos acordos e negociações com parceiros e atores nas diversas esferas de concertação possíveis da União.

Trata-se de Estratégia que se tornará concreta e alcançará maior legitimidade se o Colegiado Territorial articular as condições internas para implementação de ações e iniciativas e, ao mesmo tempo, realizar as negociações externas visando à mobilização e atração de recursos (financeiros, humanos e materiais) e políticas públicas. “.

Finalmente, o PTDS deverá:

- I. Definir um cronograma com as principais atividades de acompanhamento e monitoramento do Plano e das Agendas de Desenvolvimento Territorial Sustentáveis
- II. Definir as pessoas físicas que assumirão responsabilidade com a execução do Plano e das Agendas.
- III. Apontar as instâncias responsáveis e definir as pessoas físicas incumbidas de coordenar as atividades;
- IV. Constituir grupo interno do Colegiado de acompanhamento e monitoramento, para exercer esse papel específico, com apoio de assessores técnicos.
- V. Serão constituídas atividades semestrais para monitoramento das agendas e anuais para monitoramento do Plano.

Essa execução do PTDS, mediante a realização de Agendas Territoriais de Desenvolvimento, remete a organização da Matriz de objetivos, estratégias e metas em seis grandes eixos que darão origem as agendas: i) Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva, ii) Estrutura Fundiária e Acesso à Terra, iii) Formação e Organização Social e iv) Infraestrutura e Serviços Públicos. Assim, faz-se um vínculo objetivo entre o planejamento estratégico e o planejamento operacional, na medida em que as agendas seguirão a organização da Matriz.